



## A mídia e o jornalismo fiteiro



Alberto Dines, Claudio Weber Abramo,  
Hélio Doyle, Luiz Cláudio Cunha e Luiz Weis

# ÍNDICE

## CAPÍTULO 1

### **Dossiê Cayman**

Chicana da direita ou escândalo tucano? .....5

## CAPÍTULO 2

### **Grampos no BNDES**

Teoria e prática da presunção de culpa .....9

## CAPÍTULO 3

### **Peripécias de um juiz lalau**

Quando o grampo não é grampo.....13

Caso da fita, verso e reverso .....14

## CAPÍTULO 4

### **O senador, a memória das trevas**

ACM, a mãe de todos os grampos.....18

O fetiche das fitas.....20

Rotina dos grampos tem uma novidade: a torpeza.....25

## CAPÍTULO 5

### **O caso Boechat**

Impressões digitais.....29

Os crimes e o castigo.....30

No reino do vale-tudo.....32

## CAPÍTULO 6

### **As artes de Garotinho**

Grampo virou mordação. O que é pior?.....36

## CAPÍTULO 7

### **O caso Roseana Sarney**

Vazamentos, grampos & fitas: caso de moralismo seletivo.....39

A novidade deprimente.....42

## CAPÍTULO 8

### **PT e o gosto dos grampos**

A volta triunfal do jornalismo fiteiro.....45

Máfia do grampo e cumplicidade da mídia.....46

O *off* e o feiticeiro.....48

Depois das fitas e grampos, o vídeo.....50

Falta tirar a radiografia do furo.....51

Sigilo da fonte protege o crime organizado.....55

# Apresentação

Este é o primeiro volume de uma série de livros eletrônicos, organizados a partir dos arquivos digitais do *Observatório da Imprensa*.

Com edições regulares na internet desde abril de 1996, os arquivos do *OI* têm disponíveis milhares de artigos, muitos cuja leitura ainda é atual. Na *Biblioteca OI*, estes textos aparecerão reunidos por temas – revistos e editados em ordem cronológica.

Os livros podem ser salvos em seu computador e em seguida impressos, se preferir tê-los em papel. A presente edição tem 58 páginas e o plano é manter essa média. Quando o assunto for extenso – formação do jornalista, mídia, guerra e terrorismo, jornalismo científico, ética e TV, por exemplo –, os volumes serão desdobrados em múltiplos tomos.

***A mídia e o jornalismo fiteiro*** reúne artigos que analisam o comportamento da mídia nos casos em que divulgou documentos suspeitos e grampos ilegais – do Dossiê Cayman ao Caso Waldomiro. Os artigos são referidos pela data de sua publicação e sua URL original no sítio <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>

A presente edição esteve a cargo de Luiz Egypto de Cerqueira.

## CAPÍTULO 1

# Dossiê Cayman

*A imprensa teve acesso a um conjunto de documentos – que depois se revelaram parte de uma rombuda fraude – indicando que o então presidente Fernando Henrique Cardoso, seu ministro Sérgio Motta, o senador José Serra e governador de São Paulo, Mário Covas, seriam sócios numa empresa off shore, com sede nas Antilhas, usada para remeter dinheiro ilícito para o exterior. A papelada ficou conhecida como Dossiê Cayman.*

# Chicana da direita ou escândalo tucano?

Alberto Dines

[20/11/1998 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq201198a.htm>]

Dias depois da entrevista-bomba de Pedro Collor na *Veja* denunciando as falcatruas do irmão-presidente, a *Folha de S.Paulo* criou nome, logotipo e enquadramento para a cobertura do escândalo: “Collorgate”.

Passadas duas semanas da divulgação pela imprensa dos documentos aparentemente falsos e gravações clandestinas de conversas que tentam comprometer o presidente da República, o ministro da Saúde, o governador de São Paulo, o falecido e o atual ministro das Comunicações como também o presidente do BNDES, ainda não apareceu o gênio com um sinete para designar o duplo caso.

Não é falta de criatividade, é perturbação mesmo: a mídia está desnorteada, apalermada. Não sabe se deve investigar uma eventual chicana fascistóide armada por Fernando Collor, Paulo Maluf, Lafayette Coutinho, Gilberto Miranda com a decidida intermediação do “pastor progressista” Caio Fábio para envolver a oposição de

esquerda, ou se vai atrás das acusações contidas nos papéis e fitas contra os citados homens públicos, até agora ilibados cidadãos acima de qualquer suspeita. Em outras palavras: a mídia deixou de mediar, envolveu-se. Atacada por um novo surto de onipotência e

*“A mídia está desnorteada, apalermada. Não sabe se deve investigar uma eventual chicana fascistóide armada por Fernando Collor, Paulo Maluf, Lafayette Coutinho, Gilberto Miranda – com a decidida intermediação do ‘pastor progressista’ Caio Fábio – para envolver a oposição de esquerda, ou se vai atrás das acusações contidas nos papéis e fitas contra homens públicos, até agora ilibados cidadãos acima de qualquer suspeita.”*

perversidade, quer sangue. Não se importa em nivelar por baixo, juntando na mesma sarjeta homens de bem e facínoras. A ótica da sarjeta é própria de quem está na sarjeta. Eis as questões em que a mídia, ou parte dela, se atolou de forma tão canhestra e diabólica:

## 1. O que se deve fazer com documentos e informações de origem suspeita?

Investigar origem, autenticidade e veracidade das informações neles contidas.

## **2. O que fez a mídia ou parte dela?**

Considerou tudo legítimo **antes de investigar**. Deu o maior destaque **enquanto investigava**. E deixou a ressalva de que se tratava de **informações questionáveis**, entre vírgulas, induzindo o leitor atônito a acreditar que se tratava de matéria consistente e comprovada (*Folha*, 11/11/98).

## **3. A quem cabe o ônus da prova?**

Ao acusador. O acusado é inocente até prova em contrário. Este é um princípio pétreo do Estado de Direito. No vale-tudo midiático brasileiro as coisas dão-se de maneira inversa: o caluniador goza de todos os privilégios e imunidades. Quanto mais malandro e nefasto, mais protegido: afinal ele é fonte de mais calúnias, o acusado, não.

## **4. Uma investigação envolvendo a honorabilidade de qualquer cidadão pode ser publicada antes de ser, pelo menos parcialmente, concluída?**

Jornal sai todos os dias, semanários todas as semanas, isso não os obriga a publicar qualquer informação que chega à redação, por mais fortes que sejam as fofocas e intrigas nos ambientes especializados. A moderna técnica de plantar notícias para serem colhidas por colunistas e articulistas sem talento e/ou escrúpulos vale-se justamente do artifício de criar a falsa impressão de que **todos sabem, logo é verdade**. Então, vale tudo.

## **5. Pode-se generalizar o comportamento da mídia neste duplo episódio?**

A revista *Época*, que lançou a primeira grande matéria sobre as chantagens (7/11/98), foi extremamente cautelosa. Ouviu as partes e publicou as graves acusações como todos os cuidados. A *Folha*, quatro dias depois (quarta, 11/11/98), com bases em seus inúmeros manuais, códigos e índices de audiência, sempre inclinada a “fazer barulho”, foi a que primeiro transgrediu as mais comezinhas regras de lisura jornalística acima expostas. Advertida diretamente por um artigo de *O Globo* (sábado, 14/11/98), saiu-se com uma matéria de primeira página na segunda-feira (16/11/98), Oscar de farisaísmo, afirmando em nome da imprensa que esta “sabia do dossiê, mas foi cautelosa”. A imprensa brasileira não é a *Folha*. Vale para as suas virtudes e vícios.

Os jornais foram cautelosos nos primeiros momentos, a *Folha* não foi. Prova: os papéis comprometedores ganharam na mencionada matéria a chancela consagradora de “dossiê”.

Outra que tropeçou nos procedimentos éticos foi *Veja*, o que, infelizmente, já não constitui novidade: o conteúdo das fitas gravadas clandestinamente e editadas pelos chantagistas foi novamente editado pela revista, sem que fossem ouvidos os interlocutores das conversas. O ministro Mendonça de Barros, um dos interlocutores, negou a veracidade da armação mas o que passou a valer para os repórteres políticos nos dias seguintes foi a versão montada pela revista. O que vale é a acusação.

Para se ter uma idéia do “efeito bola de neve” deste tipo de jornalismo de “qualidade” no chamado “baixo jornalismo” convém requisitar o programa do “comunicador” William Barbosa na Rádio Record (São Paulo, 13/11, 14 horas). Com base em duas linhas corretas da primeira página do *Jornal do Brasil* daquele dia, o “comunicador” montou um fato consumado e decretou sumariamente a culpa dos acusados “enquanto nós humildes cidadãos suamos a camisa para ganhar alguns tostões”. E concluiu com o bordão da Rede Record: “É uma vergonha!”. Choveram telefonemas. A Rádio Record pertence à Igreja Universal do Reino de Deus, que está sendo investigada pela Receita Federal.

#### **6. É a primeira vez que Maluf tem o seu nome ligado a gravações clandestinas e chantagens políticas?**

Convém verificar o que foi dito por este *Observatório* na ocasião em que foi revelado o episódio da compra de votos na votação da reeleição.

#### **7. O que pensa Lula, ex-candidato a Presidência, dessa maracutaia jornalística?**

“Não quero fazer aos outros o que [*jornais, jornalistas, mídia*] fizeram comigo. Já sofri muito por causa de denúncias infundadas” (*IstoÉ*, 18/11/98, pág. 28).

#### **8. Qual será o primeiro jornal a veicular uma sondagem de opinião pública sobre o caso?**

Até às 22 horas de 16/11/98 (quando foi redigido este texto) nenhum veículo havia publicado o veredicto da “Vox Dei”. Aguardemos.



## CAPÍTULO 2

# Grampos no BNDES

*Reportagem? Investigação? Panfleto? Receptação? Conversas telefônicas gravadas clandestinamente mostram diálogos entre autoridades federais, responsáveis pelo processo de privatização do sistema Telebrás. A Folha de S.Paulo publicou as transcrições. O jornal reconheceu ter baseado sua reportagem (investigação? panfleto? receptação?) em ato criminoso e foi em frente.*

# Teoria e prática da presunção de culpa

Alberto Dines

[6/6/1999 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/circo/cir050699.htm>]

**Lançamento** – Houve várias alternativas. Uma coisa era certa, a bomba deveria estourar na edição de terça-feira para que, no final de semana, os semanários inflassem o assunto com mais gás. Uma das hipóteses era publicar em capítulos, mas corria-se o risco de faltar combustível até a sexta-feira. Considerando o potencial das revelações, optou-se pelo petardo único – 12 páginas e o alto da primeira página.

**Griffe (ou selo)** – Na derrubada de Fernando Collor de Melo, imediatamente após a capa de *Veja*, a *Folha de S.Paulo* já tinha inventado um logotipo e produzido uma sentença: o então presidente era culpado e teria que seguir o caminho de Nixon. De Watergate a Collorgate, a escolha foi óbvia.

Tratava-se de uma cruzada. Agora, seria preciso dar um clima ponderado de investigação. Ganhou a fórmula “Os Segredos do Poder”. A idéia de “investigação” não se sustentou, pela falta de informações complementares. Ficou imediatamente óbvio que as fitas foram entregues ao jornal por alguém interessado em fazer escândalo. No fim de semana, a *griffe* evaporara do jornal e a reação dos semanários foi morna.

*“Levando-se em conta o significado geral do verbo ‘reportar’ (contar, referir-se etc.) a matéria da Folha pode ser considerada como reportagem. Mas na linguagem profissional, estrita, técnica, uma reportagem pressupõe a busca de informações sobre algo acontecido (ou não). Aqui deu-se o contrário: as informações foram buscar o jornal.”*

**Cautelas** – No primeiro dia, na matéria de capa, o leitor não foi avisado dos termos do editorial da página dois em que o jornal reconhecia que a escuta clandestina é ato criminoso. Era o mínimo que o jornal deveria fazer, considerando que o leitor não é bacharel nem conhece os procedimentos jornalísticos. Também não se tentou ouvir o outro lado. Isso só foi feito no dia em que começou a

publicação. Na quinta-feira (27/5) o jornal entrou na defensiva, começou a explicar-se. Dois textos tentaram oferecer precedentes históricos e argumentos éticos. Um deles, assinado pelo diretor da Redação, na página 2, admite que a captação das informações foi ilícita e que a entrega das fitas foi mal-intencionada. Mas atrapalhou-se flagrantemente ao alegar que o jornal averiguou a veracidade das informações contidas nos diálogos. Até o domingo, 30/5, o jornal não conseguiu produzir nenhuma informação adicional que corroborasse a suspeita sobre a probidade do presidente. Ao contrário.

**A reação dos outros** – Como sempre esbaforida e pífia. Ninguém conseguiu adiantar coisa alguma a não ser as esperadas declarações do governo e oposição. No dia seguinte (quarta, 26/5) a manchete mais original (porque interpretativa) foi a do *Jornal do Brasil*: “Consumidor ganha, mas a crise do grampo ainda afeta teles”. Tônica também usada por *Época* na matéria de capa, para esquentar o assunto. Como a nenhum semanário foi oferecida alguma sobra de fita como consolação, não puderam participar com a sua quota de “investigação”.

**A reação dos leitores da *Folha*** – A ombudsman da *Folha* [*Renata Lo Prete*] registrou que a maioria das cartas recebidas foi de apoio às denúncias do jornal. Mas não ofereceu cifras do total de cartas recebidas – deveria. No entanto, registrou algo que considerou “expressivo”: entre quarta e sexta-feira recebeu 51 telefonemas de leitores sobre o assunto. Desses, 43 condenaram o jornal e apenas 8 apoiaram. Embora faça reparos ao comportamento do seu jornal, a Ouvidora refere-se à “reportagem que revelou o mais completo bastidor da privatização do sistema Telebrás”.

**Reportagem ou transcrição?** – Levando-se em conta o significado geral do verbo “reportar” (contar, referir-se etc.) a matéria da *Folha* pode ser considerada como reportagem. Mas na linguagem profissional, estrita, técnica, uma reportagem pressupõe a busca de informações sobre algo acontecido (ou não). Aqui deu-se o contrário: as informações foram buscar o jornal. E o jornal as transcreveu, editou, explicou e tirou conclusões antes mesmo da publicação. Uma coisa é o jornalista movimentar-se para buscar a verdade. Outra, é a fonte que se movimenta para trazer ao jornalista a sua versão da verdade. Vale a pena refletir sobre essa pequena diferença.

**Final melancólico** – A edição dominical da *Folha* (30/5/99) revela que apesar do lançamento bombástico houve mais “edição” do que “reportagem”. Mais cruzada do que informação. Mais emoção (= barulho) do que comprovação. Cinco dias depois das estrondosas revelações que abalaram as bolsas e foram para a primeira página dos principais jornais do mundo, o jornal não tinha mais munição: teve que recorrer a uma história em quadrinhos, toscamente desenhada e pifiamente concebida sobre algo que sequer tinham aventado: a autoria do grampo (isto, sim, reportagem, mas de

outro jornal, o *Correio Braziliense*). Ficou sepultada na página interna (1-13), sem a menor referência na capa, a defesa dos envolvidos no grampo do BNDES (Mendonça de Barros, André Lara e Pio Borges). No pequeno texto de 19 linhas que antecede o catatau está dito que trata-se de “um resumo preparado pelos advogados e está sendo publicado pela *Folha* para permitir ao leitor conhecer suas versões em detalhes”. Em outras palavras: a *Folha* capitulou aos argumentos legais e afinal abrigou o outro lado. Generosamente.

**Presunção de culpa** – Convém examinar com atenção o logotipo ou selo das matérias iniciais. O título “Segredos do Poder” está embaixo da foto muito nítida de Fernando Henrique Cardoso e de uma fita de gravação. Não era uma imagem simbólica e genérica do poder (exemplo: os pilotis da capital). Era a própria pessoa de FHC. Antes mesmo do leitor inteirar-se do teor da matéria já estava sendo induzido a acreditar que esses segredos comprometiam o presidente.

\*\* Manchete da primeira matéria (terça, 25/5/99): “FHC tomou partido de um dos grupos no leilão da Telebrás”.

\*\* Manchete da segunda matéria (quarta, 26/5/99): “Fita derruba versão do governo sobre interferência em leilão”.

\*\* Manchete do terceiro dia (quinta, 27/5/99): “Bolsa de SP sobe 6% e dólar cai 1,7%”. Sobre os grampos, duas chamadas secundárias de capa: “Malan quis antecipar ao FMI discurso de FHC” e “Governistas abafam CPI da privatização”.

\*\* Manchete do quarto dia (sexta, 28/5): “Para FHC, oposição age com leviandade”.

E, para o leitor, quem é o leviano?



## CAPÍTULO 3

# Peripécias de um juiz lalau

*As primeiras notícias sobre as falcatruas do juiz Nicolau dos Santos Neto na construção do prédio do TRT de São Paulo surgiram na imprensa a partir de uma entrevista armada num restaurante paulistano, cuja transcrição e cópias em áudio foram entregues à redação da IstoÉ, que comprovou a autenticidade dos registros e publicou a bomba*

# Quando o grampo não é grampo

Alberto Dines

[18/7/2000 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/circo/cir18072000.htm>]

A Bolsa de São Paulo despencou, os *bradies* acompanharam, os juros futuros dispararam. Foi notícia nos principais sites informativos do mundo, colocou Brasília em polvorosa, provocou uma reunião extraordinária do presidente da República, do vice e mais sete ministros durante algumas horas. Dia seguinte, o clima das manchetes era de Sexta-feira Negra.

Motivo do novo Apocalipse: *IstoÉ* antecipou para quinta-feira à tarde a sua edição do fim de semana com a íntegra da transcrição de um grampo telefônico onde o juiz aposentado Nicolau dos Santos denunciava suas relações com o ex-assessor da Presidência, Eduardo Jorge, com o ministro Martus Tavares, o senador Romeu Tuma e seu filho Robson.

*“A transcrição da fita mostra claramente tratar-se de um caso diverso dos grampos anteriores. Se antes discutiu-se a ética de publicar um grampo ilegal desacompanhado de qualquer trabalho investigativo, agora estava em causa uma questão técnica: o grampo ilegal também era ilegítimo.”*

A transcrição da fita mostra claramente tratar-se de um caso diverso dos grampos anteriores. Se antes discutiu-se a **ética** de publicar um grampo ilegal desacompanhado de qualquer trabalho investigativo, agora estava em causa uma questão **técnica**: o grampo ilegal também era ilegítimo.

Pela simples leitura do texto percebe-se que aquela não foi uma conversa telefônica grampeada (com ou sem autorização judicial) onde os interlocutores, sem saber que estavam sendo espionados, faziam **espontaneamente** revelações sensacionais.

A fita publicada por *IstoÉ* reproduzia **uma entrevista armada** para que o juiz Nicolau **declarasse voluntariamente** o que lhe interessava dizer. Pelo teor evidenciava-se que era coisa recente. E, para dar ares de grampo legítimo, a revista sugeria que fora feito pela Polícia Federal ou pela Abin.

Não colou. No sábado os jornais já assumiam abertamente que o grampo não era grampo e que provavelmente a entrevista fora feita por um ex-assessor do ex-senador Luiz Estevão num restaurante paulista. A Polícia Federal e o Ministério Público anunciaram uma investigação sobre a fita enquanto que os advogados do juiz Nicolau denunciaram que aquela não era a sua voz. No domingo, os jornais publicavam o nome e a fotografia do possível autor do pseudo-grampo, ex-assessor do senador cassado.

*IstoÉ* garante que tomou previamente os cuidados cabíveis mandando examinar a fita por peritos. O advogado do ex-juiz garante que vai provar que a voz da entrevista não é do seu cliente.

Enquanto não saem os resultados da perícia, evidencia-se que *IstoÉ* prestou um enorme serviço ao jornalismo brasileiro ao desvendar as fronteiras imprecisas e pantanosas do vale-tudo. De hoje em diante os grampeadores terão que penar muito para convencer os editores de que suas ilegalidades são legítimas.



## Caso da fita, verso e reverso

**Alberto Dines**

[5/8/2000 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq05082000.htm#questao01>]

Na última edição da *IstoÉ* nenhuma linha sobre a fita que tanta celeuma provocou. Celeuma, em grande parte, a respeito da legitimidade dos procedimentos jornalísticos (que não encontrou nenhuma voz de apoio). *IstoÉ* deve uma explicação aos seus leitores.

É indispensável que a controvérsia em torno do desempenho da mídia seja empreendida com um mínimo de objetividade e dissociada das preferências partidárias dos que nelas se engajam. Claro que de um político não se pode exigir tal isenção, mas o fórum político tem outro endereço. Não é aqui. **Se é para discutir a mídia que se discuta a mídia e apenas ela.**

O escândalo do TRT paulista está aí, visível, colossal. Com implicações e desdobramentos em todas as direções. E em função desta gravidade precisa ser acompanhado e investigado pela mídia com todas as precauções. **Para evitar que a contestação sobre os métodos de apurar comprometa os próprios resultados da apuração.** A fita da *IstoÉ* e a forma com que foi divulgada antes mesmo de qualquer perícia não se enquadra nos padrões mínimos de cautela profissional. Quando se critica a inocência e/ou malícia dos envolvidos no episódio pretende-se evitar um vale-tudo que, além de por em xeque a lisura da imprensa, acaba por proteger os implicados.

O denunciismo desenfreado dos últimos anos acabou por criar um antídoto natural nos setores mais esclarecidos da sociedade. A imprensa brasileira nunca foi tão questionada. **O Painel dos Leitores da Folha é a prova disso: deixou de ser a tribuna do leitor para converter-se numa instância onde as fontes e os personagens noticiados julgam o comportamento daqueles que produzem a notícia. Espécie de meta-jornal, a posteriori, onde a verdade absoluta da edição anterior foi relativizada ou até negada.**

Quando há dois anos este Observador ousou condenar a cruzada armada pela Rede Bandeirantes e pela *Folha de S.Paulo* para macular a vida pessoal do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, não apareceu ninguém para dizer que esta atitude o tornava cúmplice da corrupção. Agora, enxovalha-se quem pretende discutir procedimentos indevidos da mídia num espaço dedicado exclusivamente a isto.

*“O denunciismo desenfreado dos últimos anos acabou por criar um antídoto natural nos setores mais esclarecidos da sociedade. A imprensa brasileira nunca foi tão questionada.”*

O texto publicado por Luís Nassif na sua coluna no caderno Dinheiro da *Folha* (29/7/00, pág. B-3) é uma das peças mais arrasadoras contra a irresponsabilidade na edição do noticiário sobre o edifício do TRT paulista. Conviria lê-la, conviria estudá-la. Luís Nassif é um dos mais credenciados jornalistas de economia do país, membro do Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo*. Crítico independente e pertinaz do governo. Nos últimos anos tem tratado regularmente da mídia. Não é por acaso.

Lembram-se do Caso Ricupero? No programa de TV do *Observatório da Imprensa*, em 18 de julho, aconteceu coisa parecida. Estava em pauta justamente a fita da *IstoÉ*. E antes de começar o programa os dois convidados no estúdio em Brasília conversavam despreocupadamente sobre o assunto. Um era procurador do Ministério Público e outro jornalista do semanário. E porque a canalização da Embratel já estava armada, este Observador ouviu perfeitamente a conversa. Um dos interlocutores dizia que a fita colocava em xeque os principais desafetos do ex-senador Luiz Otávio e o outro concordou. Por que razão não se explorou no programa esta conversa informal? **Justamente porque era uma conversa informal, ouvida indevidamente.**

Jornalismo é um conjunto legitimado de métodos e meios para obter, verificar e divulgar informações.

Observar é também um método ou meio, igualmente legitimado, de intervir num processo ou fenômeno.

**Métodos e meios jamais podem comprometer os fins.**



## CAPÍTULO 4

# O senador, a memória das trevas

*A gravação de uma conversa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com três procuradores da República, em Brasília, distribuída à imprensa por um destes, foi o estopim de uma crise que revelou a vulnerabilidade do painel de votações do Senado e resultou, adiante, na renúncia de senadores ACM e José Roberto Arruda (PFL-DF) E também sobrou para Jader Barbalho (PMDB-PA).*

# ACM, a mãe de todos os grampos

Alberto Dines

[28/2/2001 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/circo/cir280220011.htm>]

A declaração do procurador da República, Luiz Francisco de Souza, de que a divulgação das gravações das conversas com ACM foi comandada por Fernando César Mesquita (funcionário da Presidência do Senado e um dos principais assessores de ACM) confirma o que todos desconfiavam: **o senador baiano é o principal distribuidor de grampos para a imprensa** (*Folha de S.Paulo*, 26/2, “Procurador cobra ‘ação concreta’ de ACM”, pág. A 5).

É, portanto, a matriz desta contrafação da reportagem investigativa que assola a imprensa brasileira. **Filha bastarda do jornalismo e da intriga política, a distribuição de grampos é uma das armas de última geração do arsenal do ex-presidente do Senado.** Tendo começado como repórter político na Bahia, jamais perdeu de vista o binômio sobrevivência política-boas relações com a imprensa – o qual encontrou o seu momento estelar no complô do silêncio em torno do livro *Memórias das Trevas*.

Nos últimos dias, a mídia levantou oito crises políticas ocorridas nos últimos seis anos, todas acionadas a partir da divulgação de fitas gravadas clandestinamente:

- 1) Caso Sivam;
- 2) Privatização da telefonia, BNDES – primeira fase;
- 3) Compra de votos para a reeleição;
- 4) Privatização da telefonia, BNDES – segunda fase;
- 5) Depoimento do ex-juiz Lalau;
- 6) Aliciamento pelo PMDB de deputados baianos do PFL;
- 7) Denúncia de grampo na casa do deputado Inocêncio de Oliveira;
- 8) Conversa de ACM com procuradores da República.

Nas rodas jornalísticas, gastronômicas e políticas da Capital Federal o senador ACM é apontado como pivô intelectual ou efetivo de cinco desses oito episódios: as duas divulgações de grampos relacionados com a privatização da telefonia, o aliciamento dos deputados do PFL baiano, a denúncia do grampo na casa do deputado Inocêncio e, agora, a conversa de ACM com integrantes do Ministério Público.

A divulgação do grampo sobre a compra dos votos para a reeleição é atribuída a Paulo Maluf e o “depoimento” do ex-juiz Lalau foi articulado pelo senador cassado Luiz Estêvão.

(Não estão incluídas as crises produzidas pela divulgação de dossiês Cayman e “Pasta Rosa” – o primeiro distribuído pela turma de Paulo Maluf e o segundo, de origem ainda não estabelecida.)

Ao comparar-se com Carlos Lacerda, a grande estrela do moralismo farisaico da UDN, o senador ACM foi traído pela memória. O ex-governador carioca, “derrubador de presidentes”, foi também um grande produtor de denúncias espetaculares, nem sempre verazes. Dispondo de tecnologias mais primitivas, Lacerda era um fértil produtor de telegramas secretos e de teorias conspirativas escalafobéticas, inclusive com farta exibição de metralhadoras no plenário da Câmara dos Deputados, na antiga capital federal.

*O senador ACM é apontado como pivô intelectual ou efetivo das duas divulgações de grampos relacionados com a privatização da telefonia, do aliciamento dos deputados do PFL baiano, da denúncia do grampo na casa do deputado Inocêncio de Oliveira e, neste episódio, de uma conversa conversa com integrantes do Ministério Público.*

\*\* Opinionistas do Grupo Globo começam a furar o embargo protetor em torno de ACM. Com ou sem ordem superior, ACM começa a aparecer sem o tradicional colete à prova de cacetadas. O cartunista da primeira página do *Globo* tem sido o mais ousado em criticar o amigo.

\*\* O editorial do *Globo* de sábado (24-02, pág. 3, com chamada na primeira) é uma preciosidade. Intitula-se “O incendiário” e levou a todos os leitores – bem ou mal informados – a imaginar que seria o primeiro petardo do combativo grupo jornalístico contra ACM. Enganaram-se todos: para o editorialista, incendiário é o procurador da República Luiz Francisco de Souza. Como se designaria aquele que entregou, ao incendiário, o combustível, a mecha e os fósforos?

# O fetiche das fitas

Alberto Dines

[14/3/2001 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq140320011.htm>]

A discussão sobre as gravações está ocupando grande parte do espaço dedicado ao teor das acusações nelas contidas. Embora a mídia não esteja revendo seus métodos ou procedimentos, a questão palpita subterraneamente quando se discutem as discrepâncias entre as duas versões da transcrição da conversa entre o senador ACM e três procuradores do Ministério Público federal em Brasília, divulgadas pela *IstoÉ*.

Comprova-se o que foi dito na edição anterior: a afoiteza em publicar gravações clandestinas sem verificações prévias ou investigações paralelas compromete a validade da denúncia. Pior: confunde a opinião pública, desqualifica a função fiscalizadora da imprensa e banaliza o próprio sentido das denúncias.

O feitiço virou contra o feiticeiro: ao contratar um foneticista para identificar os interlocutores do encontro, *IstoÉ* não contava com a possibilidade de que este viesse a contestar a transcrição que a revista publicara, dias antes, de uma fita posteriormente destruída.

*“Deixando de lado a questão do sigilo processual e da conveniência de se publicar uma acusação antes de instaurado um processo – pode o Ministério Público (ou um dos seus representantes) privilegiar apenas um veículo de informação? Sendo um poder público, não deveria o MP socializar a divulgação de algo que interessa a toda a sociedade, e da qual é guardião?”*

Na realidade *IstoÉ* repetia o que já havia feito no “depoimento” do juiz Lalau, quando chamou um perito para atestar que a voz era mesmo do ex-juiz. Era. Mas a direção da revista mandou anular a voz do “entrevistador” para não revelar sua identidade. De nada adiantou: foi logo identificado como assessor ou assecla do senador cassado Luiz Estêvão.

Se na ocasião a mídia tivesse a coragem de discutir o jornalismo fiteiro, a situação, hoje, seria diferente. O corporativismo não deixou: é arriscado colocar em dúvida as gravações de um concorrente quando no futuro pode cair dos céus (ou de Fernando César Mesquita...) uma gravação sensacional.

Aquele episódio foi paradigmático e ainda mais grave do que o corrente: **não se tratou de uma gravação forjada mas de um depoimento montado**. Ao ex-juiz Lalau e seus advogados interessava tornar públicas certas denúncias. Para que tivessem repercussão, imperioso embrulhá-las numa embalagem com alta dose de magnetismo e/ou sensacionalismo. Solução: gravar num restaurante uma “entrevista” fictícia onde o interlocutor contratado faria AQUELAS perguntas capazes de provocar as respostas esperadas. Não houve flagrante de uma conversa secreta e explosiva. Foi uma nota oficial de um foragido (ou *release*, para usar a comparação de Luís Nassif entregue a um semanário desesperado – e que o resto da mídia encampou e multiplicou ingenuamente sem o menor zelo pela legitimidade.

*IstoÉ*, desta vez, encalacrou-se: tratou o caso rotineiramente imaginando que seria como das outras vezes. Não foi. Desta vez os dois grupos de interlocutores têm tradição no ramo da divulgação de gravações. De um lado, o senador ACM e o seu principal assessor nesta matéria (Fernando César Mesquita) e, do outro, três donos do material gravado, os procuradores da República presentes à conversa. O desentendimento entre estes, envolvendo inclusive o veículo destinatário das gravações, criou todo o imbróglio.

### **Suicídio das baleias enforcadas em fitas**

O jornalismo fiteiro seria menos perigoso para a credibilidade da instituição jornalística e para a própria estabilidade do sistema político não fosse o seu caráter de suicídio coletivo, repetição do que fazem as baleias seguindo quem vai à frente e encalhando todas na praia.

Se os veículos que não receberam as gravações tivessem um distanciamento crítico com relação ao material do concorrente premiado pela doação, haveria um mínimo de cuidados: o “furador”, sabendo que não seria acompanhado cegamente pelos demais e, estes, prontos para estraçalhar o privilegiado receptor do material gravado que não tivesse feito a apuração complementar.

**Estamos assistindo à montagem ostensiva de *pool* informativo ou, se quisermos, a um cartel de denúncias, envolvendo toda a mídia impressa que, passivamente, repete e reitera qualquer coisa, venha de onde vier, desde que em formato de fita**. Também aqui cristalizou-se uma rotina: o privilegiado pela doação rapidamente manda transcrever a gravação e a edita ainda mais rapidamente – e com isso simplifica a redação ou aglutina frases, como aconteceu desta vez. Antecipa o dia de saída em banca, distribui cópias na quinta-feira (quando as grandes redações brasileiras estão atarantadas pelo fechamento) e acaba virando manchete dos concorrentes.

## **A quem pertence um bem público?**

O que nos leva a uma questão fundamental: a quem pertence a denúncia – gravada, impressa ou manuscrita – que chega ao Ministério Público ou a qualquer autoridade?

Deixando de lado a questão do sigilo processual e da conveniência de se publicar uma acusação antes de instaurado um processo – pode o Ministério Público (ou um dos seus representantes) privilegiar apenas um veículo de informação? **Sendo um poder público, não deveria o MP socializar a divulgação de algo que interessa a toda a sociedade, e da qual é guardião?**

Se todos fossem beneficiados pelo vazamento isso não seria “vazamento”, mas transparência. Se apenas um veículo tem essa concessão, não estaremos repetindo em outro âmbito o famigerado “pacto de sangue” que ACM manteve durante décadas com jornalistas aos quais alimentava com informações em troca da eterna lealdade?

**O bem público transformado mercadoria que será vendida em banca é uma aberração. Mais do que isso: prevaricação.**

Neste sentido, as matérias de *Época* (“A história secreta do leilão da Telemar”), da *Veja* (“Na alma e no bolso tucano”) e da *Folha de S.Paulo* (“Ex-diretor guarda segredos da privatização”) representam um avanço. Evidentemente apoiadas no mesmo depoimento de Ricardo Sérgio de Oliveira ao MP, em 1998 (porém trabalhadas dentro de exigências e distintos estilos editoriais), mostram como o poder público pode proceder a uma distribuição “eqüitativa” das informações guardadas em seu poder.

A questão da exclusividade para *IstoÉ* parece ter sido o pomo da discórdia entre os procuradores presentes ao encontro com ACM e acabou gerando a destruição de duas fitas (uma delas já transcrita) e a utilização de outra sem a mesma qualidade.

O debate parcial através de e-mails entre membros do MP publicado domingo pelo Jornal do Brasil (11/3/1, pág. 3) parece refletir um racha que de maneira alguma envolve a credibilidade da instituição, mas tem muito a ver com a desatenção reinante para uma perigosa e injustificada preferência.

## **A bomba de *Época* exigiu explicações**

Quem não tem fita apela para o jornalismo declaratório. Assim como qualquer coisa gravada serve para colocar na capa, qualquer coisa entre aspas também serve para fazer barulho.

A entrevista-bomba de ACM em Miami publicada na edição da semana passada de *Época* (nº 147, 12/3/01) veio acompanhada de uma Carta do Editor promovendo-a ao status da entrevista de Pedro Collor em 1992, que acabou derrubando o irmão-presidente. A delirante comparação chama a atenção por duas razões: **1)** Não era novidade, o próprio entrevistado já o dissera mais de uma semana antes perante o MP. **2)** Além disso, a presunção de que ali iniciava-se outro impeachment fazia supor que a revista, a Editora Globo e o Grupo Globo iriam jogar-se numa cruzada para repetir a façanha.

O acesso carlista ou (paranóia auto-incensadora) teve que ser reparado na edição corrente (nº 148) em nova Carta do Editor (pág. 19), mais serena, porém não menos vexatória:

(...) Diferentemente do que sugere um trecho do texto de abertura da entrevista [*e da Carta do Editor! – grifo meu*] as declarações de ACM não devem ser comparadas às feitas em 1992 pelo empresário alagoano Pedro Collor. (...) Primeiro, porque Fernando Henrique Cardoso – como admitiu o próprio Senador Antônio Carlos Magalhães – não exhibe semelhanças visíveis com o jovem aventureiro afastado do poder. Os alvos dos ataques, portanto, não devem ser colocados no mesmo plano. Segundo, porque jornalistas sensatos sabem que a imprensa não tem poderes para fazer ou derrubar presidente, nem para outorgar ou cassar mandatos. Jornais ou revistas que se candidatam a tal papel arriscam-se a virar figurantes trapalhões em comédias de quinta categoria.

Para esconder a penitência, o texto leva o inocente título de “A oração de Mário Covas”. A referência ao falecido é mencionada no quarto final, embora os bons autores recomendem que um título refira-se ao que é mais próximo e relevante. Seria muito exigir um “Erramos”. Ninguém é perfeito.

### **O Globo, um feito e uma pista**

“Suspeito conta como Dossiê Cayman foi falsificado”. Sem fitas nem declarações dramatizadas, mas afinado com o clima de denúncias da temporada, *O Globo* publicou com esta manchete de primeira página uma extensa reportagem (3 páginas) verdadeiramente investigativa e independente. Embora revele como foi feita a falsificação, não serve de atestado de inocência para todos os acusados.

O mais importante, porém, é a revelação de que **os falsificadores do dossiê esperavam ganhar um dinheirão não com a chantagem, mas com jogadas especulativas no mercado de capitais após a divulgação das denúncias.**

Em outras palavras: o negócio não é só vender jornal ou revista, mas também aproveitar-se de informações privilegiadas que chegam a um grande veículo tirando partido da extrema sensibilidade do mercado financeiro.

Fica escancarado um subproduto – nada desprezível – do sensacionalismo jornalístico: quem comanda a divulgação de fitas ou denúncias em geral é o doador, e não o veículo. A fonte não deveria comandar o processo decisório, mas o jogo é este: o receptor compromete-se com a data e o destaque. E a turma do mercado faz o resto.

É óbvio que este tipo de jogada só pode estar associada a fitas & denúncias produzidas por doadores com os atributos de Gilberto Miranda, Paulo Maluf, Carlos Jereissati, ACM e respectivos parceiros. Mas também fica óbvio que **o veículo denunciador capacita-se a tirar o mesmo partido no mercado financeiro que os patrocinadores das informações.**

### **Que tal examinar edições antigas?**

A solene republicação pelo *Estado de S.Paulo* (sábado, 10/3/01) de sua manchete de quase cinco anos atrás – revelando um dossiê do Banco Central onde Jader Barbalho é citado 16 vezes –, mostra como nossos jornalões e revistas estão longe de esgotar o repertório de procedimentos investigativos.

O mais importante desta lembrança é que a despeito de uma incisiva manchete de primeira página numa quinta-feira (16/4/1996), tanto Jader como seu detrator, ACM, ignoraram completamente as acusações de desvios de recursos do Banpará dez anos antes (1986).

Há 15 anos, portanto, vem a imprensa advertindo para as infrações cometidas pelo então governador paraense e atual presidente do Senado. **Ou não foram convincentes, ou não foram suficientemente persistentes ou, o que é pior, o atual moralismo só explodiu diante de circunstâncias especialíssimas: o confronto de ambições.**

A leitura desse material revela que além da omissão de ACM no caso do Banpará, em 1996, antes ainda, e na qualidade de ministro das Comunicações do governo Sarney, ajudou a família de Jader com concessões de televisão impróprias e ilegais.

Esta minuciosa evocação evidentemente não poderia ser feita num jornal que recomenda no seu manual de redação que as matérias sejam breves e sucintas. Nem poderia ser resumida numa fita ou dramatizada numa capa “para fazer barulho”.

Está na hora de começar a mexer nas coleções de jornais de cinco, dez ou quinze anos atrás. Está na hora de rever as “polonetas” que encheram o bolso de um punhado de operadores ou o caso Delfin, abafado porque o principal implicado facilitou o financiamento de apartamentos para jornalistas cariocas importantes. Está na hora de rever o que os jornais publicaram sobre José Sarney, Orestes Quércia e Luiz Antonio Fleury.

O departamento de pesquisas e documentação dos grandes veículos pode ser uma fonte mais rica e menos arriscada do que a ante-sala dos interesses contrariados.



## Rotina dos grampos tem uma novidade: a torpeza

Alberto Dines

[13/6/2001 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/circo/cir130620011.htm>]

Para temperar mais um furo produzido pela arapongagem, o semanário *IstoÉ* adicionou novo ingrediente: lançar suspeitas na direção da oposição (edição nº 1654, distribuída às redações na tarde de quinta-feira, 7/6, com ampla repercussão nos jornais de sexta, sábado e domingo).

O alvo do novo grampo trazido ao semanário é o ainda senador Jader Barbalho. Mas quem levou as sobras foi o seu colega José Eduardo Dutra (PT-SE) envolvido de forma abjeta na violação do painel do Senado.

O que nos interessa no caso são os procedimentos jornalísticos:

**\*\* A fita comprometendo o presidente do Congresso foi gravada por um agente da Polícia Federal sem que se saiba se o fez legal ou ilegalmente.** Dado relevante ao qual a mídia do país de bacharéis não dá a menor importância.

\*\* Foi entregue à redação na manhã da terça-feira, 5/6 (como admite a própria reportagem, pág. 26). Agora os usuários de grampos já não se dão ao trabalho de inventar como descobriram as fitas debaixo de um viaduto etc. etc.

\*\* Em menos de dois dias providenciou-se a rotineira peritagem que garante: não houve descontinuidade ou manipulação. **Mas a perícia não explica se as vozes são efetivamente das pessoas mencionadas.** Isso é de capital importância. Mas o que é de capital importância não é necessariamente o que importa na mídia brasileira. A verdade é que não houve tempo para comprovar, já que a matéria precisava ser publicada naquela semana – pois, na seguinte, com o feriadão, não teria repercussão. A conclusão dos peritos “a gravação questionada pode, portanto, ser considerada autêntica” é, no mínimo, incompleta.

\*\* Não houve tempo para a transcrição integral do documento para que o leitor e os coleguinhas que reproduziram o novo escândalo pudessem verificar com precisão o que foi dito. De uma conversa de 8 minutos e 23 segundos a revista só transcreveu um pequeno trecho enfiado num box de pé da página.

“No texto de *IstoÉ*, depois do nariz-de-cera de cinco linhas onde se afirma peremptoriamente que os senadores não foram os únicos a participar da violação do painel do Senado, vem o fato mais relevante da denúncia: o nome do cúmplice já está circulando nas conversas de bastidores do Congresso. A revista reconhece com todas as letras, logo no início da denúncia, que partiu de uma fofoca para montar a matéria. E com base em fofocas vai até o fim.”

\*\* Como investigação jornalística a revista só ofereceu uma entrevista com o próprio acusado (Jader Barbalho), que evidentemente defendeu-se, e outra com um dos implicados, que também negou as acusações. Os interlocutores da gravação não foram ouvidos para confirmar ou desmentir a conversa.

\*\* Este tipo de denúncia inconsistente e apressada, ao contrário do que se pensa, só favorece o acusado, Jader Barbalho. Razão pela qual o esperto parlamentar, mestre na arte da sobrevivência, pediu imediatamente ampla investigação. Se nada ficar comprovado, ficam fortalecidos os protestos de inocência do acusado e atenuam-se os efeitos de futuras investigações menos apressadas do que as de agora.

O mais grave da edição de *IstoÉ* foi a matéria que se segue: cinco páginas que abrem com um enorme retrato do senador José Eduardo Dutra e a sentença em letras garrafais: “O cúmplice petista”. A má-fé

começa com o antetítulo – “Além de ACM e Arruda, José Eduardo Dutra também teve acesso à lista resultante da violação do painel eletrônico do Senado” [*grifo meu*]. Ora, o Brasil inteiro sabe que os dois senadores foram obrigados a renunciar porque violaram o painel. Ter acesso à lista não constitui crime e, se é crime, toda a imprensa o cometeu porque teve acesso e até divulgou o teor da lista de votação.

O senador Dutra é cúmplice de que e de quem?

No texto, depois do *nariz-de-cera* de cinco linhas onde se afirma peremptoriamente que os senadores não foram os únicos a participar da violação do painel do Senado, vem o fato mais relevante da denúncia: o nome do cúmplice já está circulando nas conversas de bastidores do Congresso. A revista reconhece com todas as letras, logo no início da denúncia, que partiu de uma fofoca para montar a matéria. E com base em fofocas vai até o fim.

Uma coisa é cobrar do senador Dutra por que não denunciou imediatamente à mídia a possibilidade do painel do Senado ter sido violado, outra é implicá-lo na violação. Na edição televisiva do *Observatório da Imprensa* (programa de 24/4/01), o senador foi cobrado por não ter posto a boca no trombone. Defendeu-se numa longa intervenção em áudio. Em nenhum momento foi acusado de violação.

O curioso é que a matéria contra o senador Dutra numa revista reconhecidamente anti-ACM está atravancada de informações nitidamente vazadas pelo ex-senador baiano ou por algum dos seus assessores.



## CAPÍTULO 5

# O caso Boechat

*Depois de tanto divulgar grampos clandestinos e dossiês de todas as origens, suspeitos e insuspeitos, sem suficiente de checagem nem averiguação complementar, a mídia foi vítima do próprio veneno: a divulgação de conversa telefônica de um colunista prata da casa quis revelar relações promíscuas do jornalismo com o mundo dos negócios. Um caso de opinião arranjada.*

Nem todo criminoso volta ao local do crime. A forma com que o infrator evita mencionar a infração também pode servir de prova. No caso deste grampo, o duplo silêncio das publicações comparsas é mais do que comprometedor. É prova. Quase um flagrante de delito:

**1.** Uma semana depois demitir o colunista Ricardo Boechat de *O Globo*, *Veja* fugiu de qualquer referência ao caso. Não tratou das

“sensacionais” revelações contidas na transcrição do grampo na edição anterior e muito menos da saída de profissional que tantas vezes foi notícia destacada na própria revista. Nem sequer uma notícia na seção “Datas” ou “Holofote”, onde a direção da revista costuma enfiar pequenas vinganças contra desafetos.

*“Uma semana depois, Veja fugiu de qualquer referência ao caso. Não tratou das ‘sensacionais’ revelações contidas na transcrição do grampo na edição anterior e muito menos da demissão de um profissional que tantas vezes foi notícia destacada na própria revista.”*

Para os três milhões de leitores de *Veja*, aquela reportagem com chamada de capa não teve o menor efeito.

**2.** Um dia depois de demitir o seu principal e mais famoso colunista com uma nota na primeira página, o assunto evaporou-se completamente das vibrantes paginas de *O Globo*. Ao longo desta primeira semana, sequer uma carta – condenando ou louvando o jornal ou o jornalista. Como um episódio desta natureza não poderia ser ignorado pelos leitores do jornal, fica a certeza de que as repercussões do caso foram e continuam sendo manipuladas.



# Os crimes e o castigo

Luiz Weis

[4/7/2001 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq040720011.htm>]

Otto von Bismarck, o “Chanceler de Ferro” que governou a Prússia de 1862 a 1890, detestava a democracia, desprezava o parlamento e apreciava frases de efeito. Disse certa vez: “Ah, se as pessoas soubessem como se fazem as leis e as salsichas!”

E se as pessoas soubessem como se faz uma notícia?

Muitas delas, pelos ingredientes e a forma de preparo, decerto são ainda menos saudáveis para os seus consumidores do que os embutidos que se comiam na Alemanha de mais de 100 anos atrás.

Na maior parte dessas notícias, o que faz mal ao leitor incauto é a massa de erros, omissões e meias-verdades, que antes o cegam do que o ajudam a enxergar melhor o mundo em volta.

Geralmente, engana-se o leitor sem que haja dolo: o que passa por jornalista e o que passa por jornalismo produzem o mesmo efeito de uma intenção deliberada de deformar a realidade para desinformar quem procura conhecê-la.

Mas, do lado de cá do balcão, a intenção faz toda a diferença.

Ao vexame: na última semana de junho, a revista *Veja* posou de prestadora de um serviço de reconhecida necessidade numa sociedade democrática, ao dizer ao leitor que lhe estava oferecendo “um exemplo extraordinário de como funcionam os bastidores de algumas grandes negociações”, que de um modo ou de outro, cedo ou tarde, afetarão pelo menos o seu bolso. Ouro puro, portanto.

Para contar uma briga de tubarões no bilionário setor da telefonia, *Veja* se valeu, como se sabe, de uma coleção de gravações clandestinas de conversas, apropriadamente, telefônicas – os infames

*“Para contar uma briga de tubarões no bilionário setor da telefonia, Veja se valeu de uma coleção de gravações clandestinas de conversas, apropriadamente, telefônicas – os infames grampos do jogo abjeto nos negócios e na política, que de há muito infestam a imprensa, com a sua gostosa aquiescência, como se ignorasse que isso não é apenas um crime: é uma torpeza.”*

grampos do jogo abjeto nos negócios e na política, que de há muito infestam a imprensa, com a sua gostosa aquiescência, como se ignorasse que isso não é apenas um crime: é uma torpeza.

Como também se sabe, a fita mais quente da *Veja* contém um diálogo no qual o colunista Ricardo Boechat, do *Globo*, acerta os ponteiros da edição de uma matéria com um amigo, Paulo Marinho, unha-e-carne de um dos tubarões em conflito, Nelson Tanure, o qual vem ser o novo dono do *Jornal do Brasil*, o arqui-rival do *Globo*. A matéria é má notícia para o outro tubarão, Daniel Dantas.

Boechat não só troca idéias com Marinho sobre os prós e contras de o texto sair assinado, como ainda lê a íntegra para o amigo do peito, que anuncia o seu caloroso veredicto: “A matéria tá muito bem feita, meu querido. Tá na conta. Não precisa botar mais p... nenhuma, não”.

### **Curandeirismo moral**

A promiscuidade revelada custou o emprego a Boechat. Muito justo – embora o modo como *O Globo* o puniu, no vapt-vupt, sem lhe dar o menor direito de defesa, esteve mais para cassação do que para demissão.

Só que o inocente leitor da *Veja*, o qual, à maneira dos compatriotas de Bismarck diante das leis e das salsichas, não tem idéia de como se faz uma matéria – nem, principalmente, por que e para que ela foi feita –, ficou sem perceber o essencial: que a revista teve uma conduta tão ou mais antiética, tão ou mais desonesta, do que o promíscuo e desavisado colunista (que, pelos anos de janela, devia ao menos saber o que se pode fazer com o telefone de um jornalista importante).

Pois, ao omitir a origem das fitas de que se cevou – e que certamente não foram grampeadas nem pelo cardeal Eugênio Salles, nem pelo presidente do Supremo Tribunal, como diria Boechat – *Veja* privou o leitor do direito de avaliar se a reportagem “Os bastidores de uma guerra” era realmente um serviço público, como a revista quis fazer crer, ou um serviço particular prestado a um tubarão, da telefonia ou da imprensa; ou isso acrescido de uma *vendetta* contra algum desafeto – a alternativa mais crível para todos quantos, por força do ofício, conhecem o recheio oculto de uma notícia.

“Imprensa não é tribunal de exceção nem pode se dar à prática do curandeirismo moral”, escreveu no *Jornal do Brasil* (26/5) a colunista Dora Kramer. Pode, menos ainda, deixar a suspeita de que é um tribunal de fachada e que o curandeirismo só é moral para leitor ver.

O crime de Boechat foi castigado. O(s) da *Veja*, não. [Luiz Weis é jornalista]

# No reino do vale-tudo

Hélio Doyle

[4/7/2001 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq040720012.htm>]

O jornalismo contemporâneo está incorporando em sua prática valores extremamente perigosos para os próprios jornalistas e para a sociedade: vale tudo em busca da notícia, do furo, da manchete. Vale tudo mesmo, praticamente sem restrições.

Alega-se que nada pode segurar um repórter em sua missão sagrada de dar às pessoas as notícias que elas merecem ter. Nada. Nem a Constituição, nem as leis, nem os padrões da ética e do bom senso. O jornalista tem o direito de denunciar e acusar a quem quiser. Não importa se a denúncia não se confirme e a acusação se mostre inconsistente. Vale a boa intenção. Vítimas inocentes são apenas danos colaterais, indesejados mas inevitáveis.

Hoje, infelizmente, podemos ver todos os dias exemplos da predominância desses valores em nosso jornalismo. Existe um bom número de jornalistas em funções de direção e chefia, nas redações dos principais veículos, que defende esses valores como se fossem incontestáveis verdades universais. E, como não poderia deixar de ser, existem subordinados que cumprem as determinações desses diretores e chefes sem vacilar. Alguns,

por concordar inteiramente com eles. Outros, para preservar seus empregos e subir na carreira.

Bons e generosos princípios são alardeados pelos defensores da tese de que, para cumprir sua missão, os jornalistas estão acima das leis e da ética, do bem e do mal. Falam em

liberdade de imprensa e no direito de a sociedade ser informada. Em transparência na coisa pública e combate à corrupção. No papel da imprensa na construção de uma sociedade mais justa e livre. Enfim, um belo discurso é construído para justificar que tudo é válido para se obter uma notícia – e, especialmente, uma denúncia. O jornalista, messiânico, é o defensor da moral e dos bons costumes.

Pura hipocrisia. A tese de que a obtenção de uma notícia, um furo ou uma manchete justifica os meios utilizados para isso, ainda que antiéticos e ilegais, tem explicações muito menos nobres: a acirrada

*“A extremada concorrência faz com que alguns veículos façam de tudo para furar os demais, para dar uma matéria de grande repercussão, para estampar uma denúncia que possa derrubar um ministro. Não vem ao caso se para isso são utilizados métodos que violam a ética e as leis, que desrespeitem direitos humanos, que exponham pessoas sem que contra elas existam provas suficientes.”*

concorrência entre veículos e entre jornalistas e a incapacidade de muitos veículos e jornalistas conseguirem seus objetivos sem utilizar expedientes escusos. Recorre-se a um discurso bonito para esconder a ilegalidade dos atos, o desprezo pela ética e a incompetência profissional.

### **Hora do fechamento**

A extremada concorrência faz com que alguns veículos façam de tudo para furar os demais, para dar uma matéria de grande repercussão, para estampar uma denúncia que possa derrubar um ministro. Não vem ao caso se para isso são utilizados métodos que violam a ética e as leis, que desrespeitem direitos humanos, que exponham pessoas sem que contra elas existam provas suficientes. Sejam pessoas importantes e influentes acusadas de roubo de dinheiro público, sejam favelados ou marginalizados acusados de roubar frutas na quitanda.

Não há sentido em distinguir a utilização de meios ilícitos para fazer o “bem” ou o “mal”. São critérios subjetivos e pessoais. Os defensores da tortura alegam que sem ela os policiais não conseguiriam confissões de criminosos e assim não poderiam obter condenações. Há jornalistas que alegam que sem a utilização de meios ilícitos, como os “grampos” em telefones ou o roubo de documentos, não conseguiriam informações para denunciar corruptos.

É enganoso dizer que os torturadores estariam a serviço do “mal”, os jornalistas a serviço do “bem”. Muitas vezes a tortura é justificada como uma defesa para a sociedade: um argumento de franceses na Argélia, americanos no Vietnã e israelenses na Palestina é de que a informação obtida na tortura evita que dezenas de pessoas sejam mortas por atos terroristas. Nada mais falso e absurdo.

Bem e mal são critérios que procuram escamotear a essência da questão. Nos casos citados, torturadores e jornalistas seguem a mesma lógica e ambos procuram esconder a incompetência profissional. Os torturadores ferem a lei e os direitos humanos porque são preguiçosos ou não têm competência para fazer uma investigação policial científica. Esses jornalistas violam a lei e a ética porque são preguiçosos ou não têm competência para fazer uma investigação jornalística.

Os leitores não sabem que muitas das denúncias estampadas em manchetes nos jornais e revistas não deram trabalho aos que assinam as matérias. Há repórteres que cultivam boas relações – que às vezes chegam à promiscuidade – com delegados, promotores e procuradores para que eles lhes passem informações, com exclusividade. Há jornalistas que aceitam de bom grado publicar trechos de conversas gravadas ilegalmente.

Esses jornalistas recebem o material de suas reportagens pronto e apenas se dão ao trabalho de ouvir “o outro lado” – e assim mesmo, quando é uma revista semanal, geralmente o acusado é chamado a se manifestar na noite de sexta-feira, na hora do fechamento; em jornal, o acusado é procurado depois das 21 horas. Para que não possam se explicar muito e prejudicar o sucesso da matéria.

### **Distorção perigosa**

Jornalistas não são super-homens acima das leis. Não são policiais, promotores ou juízes. Devem se utilizar de métodos jornalísticos para fazer suas investigações, não de métodos policiais. O grampo de telefones, por exemplo, não é um método jornalístico e é contra a lei. Só é permitido com autorização judicial. Logo, gravações feitas ilegalmente não podem ser publicadas. Se forem publicadas, os responsáveis têm de prestar contas aos tribunais sem se esconder na hipócrita alegação de que têm o direito de informar e que a liberdade de imprensa está sendo violentada.

Do mesmo modo, repórteres não podem roubar documentos. Não podem entrar escondidos em lugares privados, mesmo que seja em um prédio público. Não podem fingir que são policiais para interrogar e amedrontar pessoas. Não podem subir em muros para fotografar ou filmar pessoas que estão em suas casas. Se fazem isso, têm de ser acusados e julgados pelos crimes que estão cometendo: roubo, invasão de propriedade, falsidade ideológica e invasão de privacidade.

Esse tipo de comportamento na imprensa tem levado a uma distorção grave na sociedade: a de que os fins justificam os meios quando se trata de combater irregularidades e ilegalidades, especialmente quando praticadas por governantes e autoridades. Cansadas de tanta corrupção, de tanto descaso com a coisa pública, as pessoas passam a aceitar que métodos condenáveis sejam utilizados quando é para o “bem”. Mais ou menos como os que aceitam que haja roubo em obras públicas, desde que elas sejam feitas. Ou que aceitam o trabalho dos “justiceiros”, pois eles matam bandidos.

Defender métodos criminosos e antiéticos quando se é beneficiado por eles, ou quando atendem às nossas expectativas pessoais, é uma distorção muito perigosa. Esses mesmos métodos, em outras oportunidades, podem ser utilizados contra os que agora os aplaudem. Aí, esses nada poderão reclamar. [Hélio Doyle é jornalista]

## CAPÍTULO 6

# As artes de Garotinho

*O jornal O Globo obteve gravações que comprometiam o então governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, em atos lesivos à Receita Federal por ocasião de sorteios promovidos em programa radiofônico de sua responsabilidade e do qual era a maior estrela. Mais do que depressa, Garotinho conseguiu que a Justiça embargasse a divulgação do conteúdo das fitas pelos veículos jornalísticos do grupo Globo.*

# Grampo virou mordação. O que é pior?

Alberto Dines

[18/7/2001 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq180720011.htm>]

As denúncias do *Globo* contra o governador Garotinho desenvolveram-se como uma investigação legítima:

**Primeiro Dia:** “Garotinho acusado de fraude em sorteios de rádio e TV” (manchete de terça, 10/7). A notícia refere-se à investigação da Receita Federal nas contas do governador fluminense e da primeira-dama. Levantamento do jornal revelou que, pelo menos, três dos dez sorteios do *Show do Garotinho* foram feitos sem o aval da Receita Federal. Nas três páginas maciças de uma reportagem bastante investigada não há referência a grampos ou fitas.

**Segundo Dia:** “Fitas mostram que Garotinho sabia de suborno a fiscal da Receita” (manchete de quarta, 11/7) Com as mesmas três páginas, o jornal agora revela que teve acesso às gravações de conversas que teriam acontecido em 1995. Não há transcrições, nem aspas. As informações oriundas das fitas estão perfeitamente encaixadas no contexto das matérias. O governador fica muito mal nelas.

**Terceiro Dia:** “Garotinho impede a divulgação das fitas que o comprometem” (manchete de quinta, 12/7). Assustado, o governador

*“Mesmo impedido de transcrever os grampos, O Globo conseguiu apresentar duas páginas de sólidas novidades. Sobretudo sob o ponto de vista jurídico: o ministro da Justiça, em declaração, afirmava que o recurso do governador ia na contramão da praxe jurídica brasileira. A norma democrática é não criar impedimentos ao livre fluxo de informações para depois, eventualmente, acolher ações contra os responsáveis pela divulgação.”*

obteve uma liminar para impedir todos os veículos jornalísticos do grupo Globo, assim como outras empresas, de divulgar o conteúdo das fitas. Erro fatal. **Jader Barbalho, em pior situação, jamais tentou impedir a publicação de qualquer denúncia. Recebe os sucessivos trancos, esperneia, tenta escapar e explicar mas não ousa censurar a divulgação de grampos. Legais e ilegais.** Mesmo impedido de transcrever os grampos, O *Globo* conseguiu apresentar duas páginas de sólidas novidades. Sobretudo sob o ponto de vista jurídico: o ministro da Justiça, em declaração, afirmava que o recurso do governador ia na contramão

da praxe jurídica brasileira. A norma democrática é não criar impedimentos ao livre fluxo de informações para depois, eventualmente, acolher ações contra os responsáveis pela divulgação.

A sexta-feira 13, azarada para Garotinho, foi felicíssima para o *Jornal do Brasil*. Em manobra audaciosa, o jornal lançou em segundo clichê uma substancial transcrição das fitas. O segundo clichê foi recurso para iludir qualquer tentativa de impedir a circulação do jornal. Mesmo que muitos leitores fora do Rio tenham recebido uma edição fria, aqueles que receberam ou compraram a edição “quente” foram premiados com uma primeira página tipográfica, de grande impacto visual e sustentada por uma Nota da Redação curta, serena e até solidária com o concorrente *O Globo*.

Perguntará o leitor: qual a diferença entre a divulgação de um grampo ilícito do qual foi vítima há três semanas o próprio *JB* (junto com o colunista global Ricardo Boechat) e o grampo igualmente ilícito transcrito pelo mesmo *JB* e que vitimou um candidato à sucessão presidencial?

A diferença foi estabelecida pela reação do governador: tentativa de calar a imprensa. **O governador auto-incriminou-se ao tentar impedir a circulação de informações desfavoráveis. E o pior: assumiu-se como o primeiro censor ostensivo desde o fim da censura. Indefensável.**

Este Observador vem criticando a praga da transcrição de grampos ilegais desde o seu início. E assim o fez porque a utilização abusiva de gravações ilegais acabou comprometendo a noção de jornalismo investigativo no Brasil e a própria equidistância da imprensa, convertida em joguete de interesses contrariados, geralmente escusos.

A própria direção do *Globo* já pensava em rever sua participação nesses *pools* de denunciamento, segundo foi anunciado numa intervenção telefônica do jornalista Rodolfo Fernandes no programa do *Observatório na TV*, em 26/6/01. Prova da nova disposição está no cuidado com que agora foram apresentadas as denúncias contra Garotinho – as fitas só foram mencionadas no segundo dia e, mesmo assim, sem transcrição. O que não deixa de constituir um avanço.

Este Observador entende que a decisão de divulgar ou não divulgar gravações ilegais deve ser de foro íntimo do jornalista. Livre arbítrio. Consciência ética ou código deontológico. Nunca uma imposição de autoridades. O episódio Garotinho e o conseqüente *quid pro quod* jurídico podem servir para colocar o grampo ilegal no seu devido lugar.

Ao converter grampo em mordalha e acionar um salutar debate jurídico, o governador Garotinho acabou prestando um grande serviço à depuração do jornalismo brasileiro.

## CAPÍTULO 7

# O caso Roseana Sarney

*O vazamento de informações sobre uma batida da Polícia Federal no escritório da empresa Lunus, do marido de governadora do Maranhão, trouxe para as capas dos jornais e revistas semanais a imagem eloqüente de uma dinheirama que derrubou a intenção de Roseana Sarney candidatar-se à presidência da República.*

# Vazamentos, grampos & fitas: caso de moralismo seletivo

Alberto Dines

[13/3/2002 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq130320021.htm>]

Cometeu uma infração quem passou aos semanários as informações sobre as diligências da Polícia Federal em curso na sede da empresa de Roseana Sarney, sexta-feira (1/3). Mesmo que o vazamento tenha antecipado em apenas 48 horas os resultados da diligência. Um princípio foi transgredido e os responsáveis devem ser apontados.

*Este Observatório é um dos poucos com autoridade moral para veicular a acusação, respaldado nos quase seis anos de contínuos e veementes protestos contra a praga do “jornalismo fiteiro”, contra o vício da arapongagem jornalística e o abominável pool denunciata que tanto desmoralizaram nossa mídia e escancararam sua fragilidade.*

Carecem de autoridade aqueles que, a serviço dos clãs Sarney-ACM, tentam esconder o escândalo e enfiá-lo debaixo da questão do vazamento de informações sigilosas. Com o opinionista Elio Gaspari à frente (conforme seu artigo de 6/3).

O ex-senador ACM com sua equipe de assessores pagos pelo erário foi um dos maiores fornecedores de dossiês, grampos e fitas dos últimos anos em benefício de seus interesses políticos, pessoais e econômicos. E o grupo de jornalistas com o qual o caudilho

*“Nem Época (que mudou sua principal matéria) ou Veja (que apenas conseguiu enfiar um box de última hora) fizeram qualquer coisa que se assemelhe a jornalismo investigativo. Simplesmente aproveitaram material alheio, previamente investigado, ao qual deram forma jornalística.”*

baiano tem um “pacto de sangue” fez o trabalho de retaguarda e de apoio psicológico – legitimar a pilantragem conferindo-lhe o galardão de “reportagem investigativa”.

Agora essa mesma tropa de choque está procurando esquecer a enormidade do escândalo Sarney inventando que a ação da Polícia Federal originou-se num dossiê fabricado pelo candidato do PSDB e que o diretor da Polícia Federal, sendo filiado ao partido, agiu politicamente.

Puro engodo, guerrilha de desinformação: a Polícia Federal num caso desses só pode agir por ordem da Justiça e esta precisa ser acionada pelo Ministério Público, que não pode ser impulsionado por

dossiês mas por processos formais decorrentes de investigações legais. O MP foi incensado por esta camarilha quando lhe convinha. Agora, como não pode combatê-lo, procura obliterar a sua ação moralizadora.

Nem *Época* (que mudou sua principal matéria) ou *Veja* (que apenas conseguiu enfiar um box de última hora) fizeram qualquer coisa que se assemelhe a jornalismo investigativo. Simplesmente aproveitaram material alheio, previamente investigado, ao qual deram forma jornalística. Se algum desses ingênuos jurados que distribuem à rodo prêmios de jornalismo no fim do ano achar que foi mais um “feito de reportagem”, problema dele. Para nós, não foi.

**Jornalismo investigativo verdadeiro, autêntico, são as denúncias que O Globo vem fazendo a partir do domingo (10/3), sobre a corrupção de três magistrados e de um tribunal cariocas. O resto é conversa fiada.**

### **Quartelada midiática**

É preciso que fique bem claro também que se *IstoÉ* deixou de aproveitar o vazamento sobre o escândalo Sarney não o fez por razões deontológicas ou econômicas (estaria sem recursos para reimprimir a edição, conforme alegou). O semanário está sob estrito controle de Orestes Quércia, a quem só interessa o sensacionalismo contra o atual governo. Razão pela qual armou-se esta exótica parceria – ACM produzia as denúncias e Quércia as divulgava com estardalhaço.

E por que razão o clã Sarney-ACM tenta agora esconder o escândalo do Maranhão sob a alegação de que foi produzido às vésperas de um pleito presidencial? Simplesmente porque no Maranhão não existe um jornalismo independente. Sarney e seu grupo não deixam. O oligarca brasileiro do século 21 difere do modelo anterior, que só mandava nos currais eleitorais. Os de agora, além disso, controlam os meios de comunicação locais de forma a que o resto do país ignore os crimes que lá ocorrem.

Só estamos conhecendo agora alguns detalhes sobre o clã Sarney porque a grande imprensa do eixo Rio-São Paulo desmantelou sua rede de correspondentes estaduais que até os anos 1990 funcionava como antídoto às mentiras veiculadas pela mídia oligarca.

Quando a pré-candidata do PFL começou a despontar nas sondagens, a chamada grande imprensa “descobriu” o Maranhão e mesmo assim tratou-o na base estatística com índices e rankings obtidos, em sua maioria, nos gabinetes de Brasília. Poucos se deram ao trabalho destacar correspondentes para contar, *in loco*, a história pregressa do clã. A Rede Globo, que poderia fazê-lo, ficou atada porque o grupo suspeito é o controlador da sua afiliada no Maranhão e vizinhanças.

As estrepolias de Jorge Murad com pleno conhecimento do sogro, cunhados e consorte só começam a aparecer porque a mídia até a semana passada estava completamente omissa. Por economia, preguiça, simpatia ou jogada política. Idêntico mecanismo deu tamanha sobrevida a Jader Barbalho no Pará e a ACM, na Bahia.

Tem mais: Paulo Maluf ainda não foi completamente escorraçado da vida pública simplesmente porque uma das baterias com maior poder de fogo da mídia brasileira está parcial e voluntariamente recolhida, resignada ao compromisso de apenas acompanhar as investigações, auto-impedida de comandá-las.

Sarney tentou a quartelada midiática na semana passada porque confiava que os fartos benefícios que distribuiu quando ocupou a presidência – e ACM o Ministério das Comunicações – conseguiriam calar os mais exaltados. E esses benefícios não se resumem à copiosa oferta de concessões de rádio e TV. A Previdência Social também foi acionada no período 1985-1990 para facilitar a vida e os balanços de determinadas empresas jornalísticas.

### **Endêmica, profunda**

Confiava Sarney também no engajamento ideológico de parte ponderável dos opinionistas que preferem criticar o governo pelas providências legítimas da Polícia Federal contra a corrupção do que indignar-se ante o espetáculo daquele milhão e trezentos mil reais nos cofres de uma pequena empresa de consultoria.

Esta hipocrisia é um dos aspectos mais aterradores do “milagre de São Luiz”: alguns articulistas da grande imprensa, engajados na oposição sistemática, inspirados na própria tática de alguns partidos de oposição, não estão incomodados com aquela foto dos milhões nem com a tentativa de obstrução de justiça, muito menos com o escândalo que escorre do Maranhão. Estão apenas pensando nas eleições, fazendo contas, ajustando as revelações às posições ideológicas previamente assumidas.

É um caso de moralismo seletivo, indecente e profundamente desabonador. Claro que um articulista como Clóvis Rossi, da página 2 da *Folha de S.Paulo* – um dos mais tenazes críticos do governo – não entra neste jogo militante, caolho e oportunista de acobertar a corrupção. O mesmo pode-se dizer de um articulista como João Ubaldo Ribeiro, que se envolve pouco com política mas que não agüentou as marotas manobras do clã Sarney para esconder sua pilantragem debaixo do tapete.

Estamos assistindo em cores e ao vivo a uma tomografia da corrupção brasileira. Ela é endêmica, profunda, horizontal, vertical e sistêmica por que é impune. E ela é impune porque nossa mídia não

está cumprindo com uma de suas principais atribuições – fiscalizar. A todos, sem preferências ou relativismo. Com rigor, sem favorecimentos ou jogadas eleitorais.



## A novidade deprimente

Claudio Weber Abramo

[13/3/2002 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq130320025.htm>]

O caso da investigação judicial contra empresa em que Roseana Sarney tem interesse é notável pelo quanto revela da atitude casa-grande-e-senzala que permeia o comportamento de muitas instituições e figuras públicas brasileiras.

Um ato que deveria ser normal (apesar da anormalidade da coisa em si) criou uma crise política que comprometeu a aliança governamental, colocou o PFL na inédita situação de contraposição ao poder e transformou o panorama eleitoral de 2002.

Para recordar: a partir do escândalo da Sudam, e mesmo antes disso, os financiamentos dessa ex-autarquia passaram a ser investigados pelo Ministério Público. Ordens judiciais decorrentes de solicitações do MP incidiram sobre diversas empresas. Uma delas, a Usimar, revelou histórico de transações ligadas a interesses da família Sarney. Ordem judicial de

*“Observe-se que a coisa em si, a saber, o envolvimento da empresa da governadora em casos de corrupção, não foi objeto das preocupações vocalizadas pelos próceres do PFL. O que eles querem é que as investigações sejam interrompidas, sob a alegação de que teriam sido desencadeadas por estímulo político.”*

busca e apreensão foi emitida contra empresa em que Roseana Sarney tem interesse majoritário, empresa esta administrada por seu marido ou ex-marido, Jorge Murad (ainda não entendi bem qual é a situação conjugal oficial do casal, a qual, naturalmente, tem repercussões sobre deveres e responsabilidades). A história vazou para a imprensa no próprio ato da busca policial, executada pela Polícia Federal. A governadora do Maranhão reclamou de conspiração contra a sua candidatura e pressionou seu partido, o qual respondeu como se sabe.

Não é minha intenção fazer análise política da situação, coisa que se pode encontrar abundantemente em qualquer jornal, da autoria de pessoas tanto mais quanto menos competentes do que este. O que me anima a abordar a questão é o desembaraço com que uma candidata à presidência da República procura desautorizar uma legítima investigação determinada pela Justiça, no que está sendo apoiada por todo um partido político.

### **Interesses privados**

A mensagem que tudo isso transmite é que, na visão dos políticos que tomaram tais atitudes e decisões, casos de corrupção não devem ser examinados por seus próprios méritos, mas devem permanecer na esfera de decisão política. Isso já seria intolerável vindo de uma candidata presidencial. Tomado como posição oficial de um partido, equivale a uma declaração de descrença na divisão de poderes e da admissibilidade do uso discricionário dos organismos do Estado.

Observe-se que a coisa em si, a saber, o envolvimento da empresa da governadora em casos de corrupção, não foi objeto das preocupações vocalizadas pelos próceres do PFL. O que eles querem é que as investigações sejam interrompidas, sob a alegação de que teriam sido desencadeadas por estímulo político. Ora, deveria ser evidente que, independentemente de uma concebível (ao menos em princípio) origem política da investigação, advogar sua interrupção com base em argumentos políticos recai no mesmo defeito.

O que a governadora do Maranhão e mais o PFL estão dizendo é que seu programa para o país incorpora como princípio a dissolução dos mecanismos de controle do Estado e sua subordinação a interesses privados de políticos. Que tal atitude seja comum no Brasil, todos sabemos. Mas que seja adotada aberta e oficialmente, é uma novidade deprimente. [Claudio Weber Abramo, jornalista, é diretor executivo da Transparência Brasil (<http://www.transparencia.org.br>)]

## CAPÍTULO 8

# PT e o gosto dos grampos

*A primeira experiência do partido então recém-chegado ao poder foi a divulgação do conteúdo de gravação não autorizada de reunião do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com a bancada de parlamentares do PT no Congresso. Depois, a pouco mais de um ano da posse do presidente Lula, estourou o caso Waldomiro Diniz. Agora, o grampo sofisticou-se: não mais fitas de áudio, mas registros em vídeo, gravados clandestinamente.*

# A volta triunfal do jornalismo fiteiro

Alberto Dines

[5/2/2003 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq050220032.htm>]

A gravação da reunião do ministro Antonio Palocci com a bancada do PT na Câmara (ocorrida na sexta-feira, 31/1) não foi autorizada pelos presentes. Foi clandestina. Portanto, foi ilegal a entrega da fita que reproduz a áspera discussão a um jornal e, em seguida, distribuída pela internet.

A gravação foi feita por um deputado interessado em tornar pública a discussão entre as alas mais radicais do partido e o governo. O jornal confiava na fonte, a fonte confiava nele – negócio limpo, o que não minimiza a infração.

A matéria fez barulho, revelou um racha de razoável tamanho no partido do governo, a direção do PT reagiu impulsivamente mas o saldo desta *reentrée* do jornalismo fiteiro foi péssimo para a imprensa.

*“O que aconteceu na tumultuada reunião do PT viria à tona naturalmente sem a necessidade de recorrer ao pseudogramo. Brasília tem um excelente quadro de repórteres políticos que dispensa o uso de recursos desse tipo.”*

O que aconteceu na tumultuada reunião do PT viria à tona naturalmente sem a necessidade de recorrer ao pseudogramo. Brasília tem um excelente quadro de repórteres políticos que dispensa o uso de recursos desse tipo. E o leitor começa a se cansar do tom de escândalo que envolve nossa vida política inclusive num caso claro de divergência ideológica.

As fitas e grampos que a mídia divulgou com enorme estardalhaço na Era FHC obedeceram aos mesmos procedimentos:

\*\* Interesses contrariados acionam um gravador escondido.

\*\* Veículos interessados em fazer barulho divulgam sem um suporte investigativo.

\*\* A contravenção legitima-se pela repercussão.

Chicanas e golpes de mão fazem parte do jogo político mas o contrato da sociedade com a imprensa pressupõe um distanciamento crítico e, não, o reforço destes métodos.

# Máfia do grampo e cumplicidade da mídia

Alberto Dines

[26/2/2003 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq260220031.htm>]

As transcrições de escutas telefônicas – legais ou ilegais – ganharam tanta importância na cena política brasileira por uma única razão: encontraram uma freguesia ávida para publicá-las. Os fornecedores de grampos descobriram um “mercado” receptivo aos seus produtos. Fita virou *release* e os políticos que as distribuíram converteram-se em assessores de imprensa que negociam sua “mercadoria” em troca de destaque ou exclusividade.

Se houvesse mais cuidado, mais responsabilidade e mais atenção no tocante ao aproveitamento jornalístico dessas fraudes e dessas ilegalidades, os políticos inescrupulosos não se serviriam com tamanha sem-cerimônia de repórteres ditos “investigativos” e da imprensa dita “independente”.

É impressionante o depoimento dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, da *IstoÉ* (edição nº 1.743, datada de 26/2/03, pág. 26-28). Não apenas pela escancarada confissão do senador-grampeador ACM mas pela extensão da grampofilia na imprensa brasileira.

Diz a matéria que ACM distribuiu “relatórios confidenciais” sobre 126 conversas do deputado Geddel Vieira Lima para jornalistas de dois grandes veículos de circulação nacional (*Folha de S.Paulo* e *Veja*). Há pelo menos mais um veículo na lista dos agraciados pela generosidade informativa de

*“Os veículos que nos últimos anos divulgaram ilegalmente transcrições de conversas telefônicas serviram-se do ‘clima Watergate’ porque o leitor precisava ser persuadido de que os fins justificam os meios. A ilegalidade da ação precisava ser neutralizada pelo serviço prestado ao ‘bem comum’.”*

ACM: a própria *IstoÉ*, que publicou trechos de conversas do deputado Geddel em sua edição de 12/2 (págs. 29-33) com anotações manuscritas do senador – e posteriormente xerocou o mesmo dossiê que o senador distribuiu aos outros veículos.

O fato de que dois dos três veículos recusaram-se a divulgar o material ilícito é um dado bastante positivo. Sinal de que os preciosos grampos, até há pouco disputados com tanta sem-cerimônia no submundo da arapongagem federal, estão desvalorizados, irremediavelmente em baixa.

Esta queda livre nas cotações das fitas deve-se, em parte, ao fato de que o maior fornecedor da praça ficou manjado. E a grampofilia exige uma encenação com altas doses de secretismo e clandestinidade. Grampos que não demandam “enorme esforço de reportagem”, “árduos sacrifícios”, “dias e noites sob sol e chuva” etc. etc. não têm apelo, não “vendem”.

### **Decoro resgatado**

Os veículos que nos últimos anos divulgaram ilegalmente transcrições de conversas telefônicas serviram-se do “clima Watergate” porque o leitor precisava ser persuadido de que os fins justificam os meios. A ilegalidade da ação precisava ser neutralizada pelo serviço prestado ao “bem comum”.

O senador ACM agora tenta desqualificar a última denúncia da *IstoÉ* acusando-a de mentirosa. Não há razão alguma para desconfiar de uma matéria dessa importância e tão rica em detalhes. Por outro lado, há todas as razões para desconfiar do amor à verdade professado por ACM ao longo de sua vida.

A matéria em questão tem outro mérito: liquidou o vício do *off*.

Políticos brasileiros usaram e abusaram das informações confidenciais sem atribuição da fonte. Acostumaram-se a emprenhar os ouvidos dos jornalistas com as piores intrigas desde que seus nomes fossem preservados. Graças a isso, o jornalismo político brasileiro – que já estava atrelado ao “declaracionismo” – submeteu-se ao *off-ismo*. Perdeu a capacidade apurar e a coragem de afirmar sem as muletas do “segundo fontes fidedignas”. Claro que também aqui há as honrosas exceções, mas o que importa é a regra.

O senador ACM admitiu com todas as letras que foi o mandante do crime, certo de que os repórteres não publicariam sua confissão. A infração era grave demais para ser enrustida: publicaram.

Prestaram um grande serviço à política e ao jornalismo. Com uma matéria de modestas três páginas e discreta chamada na capa, *IstoÉ* desvendou uma promiscuidade que a ambos enxovalhava. Resgatou-se o decoro e os leitores, penhorados, agradecem.



# O *off* e o feiticeiro

Luiz Cláudio Cunha

[5/3/2003 # <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub050320031.htm>]

Jornalistas, por definição, defendem a democracia, dependem da liberdade de expressão, combatem a ditadura, repudiam a tortura, são contrários à Lei da Mordaza (que pretende calar parlamentares e procuradores) e sustentam a instituição do *off*.

Todas elas são incondicionais, menos o *off*. O *off* é um instrumento do repórter para o bom jornalismo. É uma prerrogativa, não uma fatalidade. É uma ferramenta de atribuição exclusiva do repórter. É ele quem decide sobre seu uso, extensão e duração. Nem o editor, nem o veículo de comunicação excedem o poder do repórter sobre o *off*. O repórter é o senhor absoluto e exclusivo do *off*.

O repórter controla o *off*, não o contrário. O *off* é instrumento de busca da verdade, um protetor da boa fonte e da boa informação, um fundamento do jornalismo a serviço do leitor e do interesse público.

O *off* é um meio, não um dogma. Jornalismo não é igreja. Repórter não é padre nem psiquiatra, onde confissões são preservadas a qualquer custo, a qualquer preço. O *off* tem um preço, um limite, claro e definido: o limite da verdade e do interesse público, maiores do que quaisquer compromissos entre repórter e fonte.

*“O off é uma sagrada instituição do jornalismo, que dele não abre mão, nem em períodos autoritários, nem (e principalmente) sob constrangimento da força ou dos poderosos. O off protege e eleva. Não pode, por isso, ser desprotegido e rebaixado.”*

## O caminho do crime

O *off* da fonte é sempre preservado quando está em jogo a segurança da informação, a integridade da fonte, o interesse da sociedade. Não existe conflito entre a boa fonte e o interesse público. Quando o conflito se estabelece, o repórter não hesita – opta pelo interesse da sociedade e da verdade.

O *off* é uma sagrada instituição do jornalismo, que dele não abre mão, nem em períodos autoritários, nem (e principalmente) sob constrangimento da força ou dos poderosos. O *off* protege e eleva. Não pode, por isso, ser desprotegido e rebaixado.

O *off* mentiroso rebaixa e fragiliza o jornalismo. O *off* criminoso condena e acumplicia o repórter. O repórter tem a obrigação de saber quando o *off* serve para o bem ou para o mal. Ele é o juiz irrecorrível, primeiro e único, desta terrível decisão. O repórter sustenta o *off* quando o *off* sustenta o jornalismo e a busca da verdade.

O *off* mais famoso do jornalismo mundial é o de Deep Throat, o informante ainda hoje preservado do escândalo de Watergate, que levou Nixon à renúncia, nos anos 1970. Seu nome só será revelado após sua morte, conforme decisão dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein. Deep Throat, como ninguém, foi sempre uma boa fonte e um *off* seguro. Levava os repórteres para o bom caminho, não para o desvio da mentira, para longe da verdade. Quando os repórteres do *The Washington Post* pareciam ter perdido o rumo da investigação, pediam o encontro na garagem do subsolo e ouviam a boa fonte: “Follow the money”. E, seguindo o dinheiro, eles reencontraram o caminho do crime que desviou a Casa Branca de seus deveres constitucionais. O *off* de Deep Throat sempre foi preservado porque a fonte sempre preservou a verdade e o bom jornalismo – e um bom repórter não precisa mais do que isso de uma boa fonte em *off*.

### **Crime constitucional**

Um repórter poderia estar ao lado do capitão Sérgio Macaco, nos idos sangrentos de 1968, quando o brigadeiro Burnier pediu, em *off*, que a tropa de elite do Para-Sar tomasse o rumo do terrorismo para explodir o Gasômetro do Rio. O repórter teria dois caminhos: sucumbir ao *off*, e virar cúmplice do brigadeiro terrorista, ou abrir o *off*, como fez o capitão, e expor ao país a face mais feia da ditadura militar. O capitão entrou para a História, o brigadeiro se desfez no lixo do arbítrio.

O senador Antonio Carlos Magalhães pediu *off* para uma mentira e para um crime. Disse que “uns amigos” fizeram o grampo, quando na verdade os amigos eram a própria Secretaria de Segurança da Bahia, que se colocou a serviço particular do senador para cometer o maior grampo coletivo conhecido na história da República. Viu-se, então que se tratava de um *serial killer* distribuindo, “em confiança”, o resultado impresso, e anotado à margem, de um crime que é condenado pelas leis do país, pela Constituição e pelos bons senadores da República. No caso, um *serial killer* usando o aparato do Estado em larga escala contra cidadãos indefesos.

Não existe “confiança” possível entre uma má fonte e um bom repórter – ou o contrário. E, nesse caso, não existe *off*, que não se mistura com a mentira e o crime. Proteger o *off*, nesse caso, é tornar o repórter cúmplice da mentira e desse crime. Manter a “confiança” do mentiroso e do criminoso rebaixa

o repórter ao nível da transgressão, que deve ser combatida, não estimulada pelo silêncio, pela conivência ou pela cumplicidade.

O senador, que se diz jornalista e é dono de jornal, não entendeu o papel fundamental do repórter. Repórter não quer, não precisa, não depende de fonte mentirosa e criminoso. O repórter, mais do que ao jornal, serve ao leitor e à verdade. Ele não serve à fonte. Ele se serve da fonte, verdadeira e confiável, para atender aos interesses supremos do leitor e da verdade. Quando a fonte não serve a estes princípios e, pior, contraria estes objetivos, deixa de ser fonte, perde o privilégio do *off*.

O senador ACM, ao não dizer a verdade e ao disseminar o produto de um crime constitucional, deixou de ser fonte. Passou a ser a própria notícia. E repórter não mantém a notícia em *off*. Repórter caça a notícia. ACM deixou de ser caçador para virar caça. O *off* virou contra o feiticeiro. [Luiz Cláudio Cunha é jornalista]



## Depois das fitas e grampos, o vídeo

Alberto Dines

[17/2/2004 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=264IMQ002>]

Evoluímos, sem dúvida alguma. A revista *Época* procedeu corretamente, ao contrário da irresponsabilidade denunciata que tomou conta da nossa imprensa até há pouco tempo:

\*\* Ao acusado foi dado o direito de defender-se.

\*\* Foi identificado o doador do vídeo, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ao contrário das outras “fontes” sempre mantidas na sombra.

\*\* Apesar de opositor o doador entregou o vídeo a quem de direito, o Ministério Público Federal.

\*\* A matéria, aparentemente, não foi distribuída para toda a imprensa como sempre aconteceu. Preservou-se o mínimo de diversidade informativa e evitou-se a repetição dos linchamentos.

Mas sob o ponto de vista técnico **esta não foi uma reportagem investigativa. É um vazamento clássico com finalidades não muito claras.** Só não se sabe, por ora, quem entregou a cópia do vídeo à revista. E isto precisa ser urgentemente apurado sob pena de comprometer gravemente a lisura e a credibilidade do Ministério Público.

A gravação foi coisa de profissionais e não de contraventores/bicheiros. Quem a realizou e como chegou ao senador são mistérios que precisam ser desfeitos.

Em 2002, em plena campanha eleitoral, alguém estava interessado em comprometer o PT e o seu então aliado, Anthony Garotinho. O alvo não era José Dirceu – que à época não era ministro nem superministro.

Se os responsáveis pela gravação estavam interessados em combater a corrupção não poderiam esperar dois anos. O ocultamento no caso é indício de cumplicidade.

Está evidente que a liberação do vídeo obedeceu a um preciso *timing* político: coincidiu com o pior momento do governo Lula e com o evidente desgaste do ministro-chefe da Casa Civil (apesar de que o denunciado

Waldomiro Diniz estivesse agora subordinado ao coordenador político, ministro Aldo Rebelo). Os estilhaços que atingiram o casal Garotinho poderão ainda causar grandes estragos, mas até o momento são menos graves dos que se originaram nas revelações sobre o “propinoduto”.

**A revista *Época* tem agora um compromisso não apenas com os seus leitores mas com a sociedade brasileira. Terá que revelar tudo o que sabe. Não pode pretender a defesa da sua fonte porque esta não é legítima.** Protegê-la é fazer o jogo dos arapongas, que não estão interessados na moralidade apenas em alcançar seus fins escusos.

*“Está evidente que a liberação do vídeo obedeceu a um preciso timing político: coincidiu com o pior momento do governo Lula e com o evidente desgaste do ministro-chefe da Casa Civil (apesar de que o denunciado Waldomiro Diniz estivesse agora subordinado ao coordenador político, ministro Aldo Rebelo).”*

# Falta tirar a radiografia do furo

Luiz Weis

[17/2/2004 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=264IMQ003>]

Nos romances policiais clássicos, o detetive-mestre dava a fórmula para desvendar o mais misterioso dos crimes: “Cherchez la femme”. Procurem a mulher.

Nos filmes que glorificavam o FBI, o calejado investigador ensinava como apanhar os culpados de maracutaia no governo: “Follow the money trail”. Siga o rastro do dinheiro.

Já aos interessados em saber como a revista *Época*, das Organizações Globo, conseguiu o vídeo em que o então presidente da Loterj, Waldomiro Diniz, amigo, protegido e futuro assessor do ministro da Casa Civil José Dirceu, achaca o bicheiro Carlos “Cachoeira” Augusto Ramos, em 2002, talvez seja o caso de aconselhar que se perguntem, à maneira dos romanos: “Cui podest?” Quem ganha com isso?

É da maior importância para quem produz e quem consome notícia conhecer a *inside story* do furo – como, por que e para que a fita de Cachoeira, mais a imagem de Diniz, segurando um pacote, captada pelas câmaras do aeroporto de Brasília, foram parar nas mãos do repórter especial Andrei Meireles e do chefe da sucursal da revista em Brasília, Gustavo Krieger.

Porque pode ajudar a reconstituir, nesse episódio inaugural de “jornalismo fiteiro” da era Lula, os enlaces, quase sempre mantidos na penumbra, entre políticos, autoridades (no caso, procuradores da República) e jornalistas.

Dessa missa, nem a maioria dos profissionais, muito menos o público, conhecem a metade, apesar do que foi possível refazer do trajeto percorrido pelas denúncias de escândalos que renderam manchetes às mancheias nos anos Fernando Henrique.

*“Dessa missa, nem a maioria dos profissionais, muito menos o público, conhecem a metade, apesar do que foi possível refazer do trajeto percorrido pelas denúncias de escândalos que renderam manchetes às mancheias nos anos Fernando Henrique.”*

## **Cálculos de conveniência**

Meireles e Krieger fizeram aquilo para o que são pagos. (O melhor de tudo foi a entrevista – na quinta-feira à noite, quando a revista já entrava em trabalho de parto – em que o repórter soterra Waldomiro sob os escombros dos seus desmentidos.) Mas, salvo prova em contrário, os outros fizeram o que mandaram os seus cálculos de conveniência.

A história aparente é a de que o senador tucano Antero Paes de Barros recebeu a fita sem saber quem a mandou e há cerca de 15 ou 20 dias encaminhou-a ao Ministério Público Federal.

Por que o mato-grossense Antero, não está claro. Os beneficiários da extorsão, mencionados no vídeo e confirmados por Waldomiro à *Época*, eram duas candidatas ao governo do Rio (Benedita da Silva e Rosinha Garotinho, a primeira do PT, a segunda do PSB) e o candidato petista ao governo do Distrito Federal, Geraldo Magela.

Tucano por tucano, por que não destinar o material ao líder do partido no Senado, Arthur Virgílio, ou ao seu homólogo na Câmara, Jutahy Júnior? Mas passemos.

Do Ministério Público, ao que se supõe, o vídeo seguiu para a *Época*, que teve o indispensável cuidado de checar a sua integridade com o perito Ricardo Molina, da Unicamp, antes de usá-la para encostar Waldomiro à parede e sair com a capa “Dinheiro sujo”.

No sábado, quando a imprensa diária deu o escândalo, o *Globo*, no pé da principal matéria sobre o assunto, remeteu o leitor ao Globo Online, com a chamada “Revista *Época* explica como foi feita a denúncia”.

O que o Globo Online trazia era a entrevista de 13m42s que Gustavo Krieger dera na manhã do dia anterior à rádio CBN – também do Sistema Globo. Nela, o jornalista informa, sem entrar em detalhes, que a *Época* “estava perseguindo esta história há muito tempo”, explica por que Cachoeira é um “bicheiro moderno” e conta que o Ministério Público, na investigação sobre as ligações de Waldomiro com o bicho e o bingo, já tinha tomado dois depoimentos. “O que mais possa estar por trás disso”, termina Krieger, “o Ministério Público trata de apurar.”

Não é bem uma explicação de “como foi feita a denúncia” – e, tecnicamente, nada obriga a *Época* a mostrar o pau com que matou a cobra.

Enquanto isso, a começar do presidente do partido, José Genoíno, os petistas tratavam de difundir a versão de que foi o ex-candidato tucano ao Planalto, José Serra, quem acionou os motores da denúncia contra um até então inquilino do 4º andar do Planalto, que já dividiu casa com o ministro Dirceu. (Segundo o colunista Ancelmo Góis, do *Globo*, Waldomiro Diniz foi ainda o “homem forte” da malsucedida campanha de Dirceu pelo governo paulista, em 1994).

### **Pauta obrigatória**

No Rio, antes da festa dos 24 anos do PT, Genoíno falou em “resquício do tipo de guerra da campanha eleitoral de 2002” e que era importante o deputado Jutahy esclarecer “se essa investigação, essa escuta sobre o Waldomiro, se isso não estava naquele clima de disputa eleitoral do candidato dele, no caso o José Serra”.

A julgar pelo que deu nos jornais, não houve um único repórter que considerasse importante pedir ao ex-deputado Genoíno que explicasse o que ele queria exatamente dizer com isso. Mais uma vez, passemos.

Ocorre que, no domingo, numa entrevista de meia página a Mariângela Galluci e Demétrio Weber, do *Estado de S. Paulo*, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, revelou, espantosamente, que só na sexta-feira, “pela minha assessora de imprensa”, soube que Waldomiro Diniz estava sendo investigado.

Logo adiante, quando os repórteres falam em “dr. Santoro”, Fonteles admite que “tinha detectado” que o subprocurador José Roberto Santoro – a quem ele teria dito que agira incorretamente ao não informá-lo “da gravidade desse fato” – era um dos dois membros do Ministério Público procurados pelo senador Paes de Barros com o vídeo da conversa entre Waldomiro e Cachoeira. O outro era o procurador Marcelo Serra Azul.

No mesmo domingo, matéria do repórter Kennedy Alencar, da *Folha*, termina com estas palavras:

“O Planalto tem divulgado informalmente que o senador Antero Paes de Barros foi visto saindo altas horas da noite da casa de José Roberto Santoro, subprocurador-geral da República e figura do Ministério Público com boas relações com Serra e o PSDB.”

No governo Fernando Henrique, a imprensa não ousou apurar como o procurador Luiz Francisco de Souza, entre outros, aproveitou-se do imperdoável costume de jornais e revistas de atirar primeiro e perguntar depois, para plantar “denúncias” e “suspeitas” contra o secretário particular do presidente,

Eduardo Jorge Caldas Pereira, e colher matéria-prima para investigações – que até agora deram em nada. Sobre o assunto, há depoimentos, um deles publicado em 2002, neste *Observatório*, do jornalista Rui Nogueira, mas não reportagens.

(Aliás, dá para ouvir, do Oiapoque ao Chuí, os rojões que ele anda soltando desde sexta-feira.)

Waldomiro é outra coisa. Ele foi apanhado em “flagrante delito”, como escreveu a colunista do *Estado e Jornal do Brasil*, Dora Kramer. Mas, da perspectiva do jornalismo, a história do vídeo gravado por um bicheiro que pousou na capa de um semanário de circulação nacional não é outra coisa.

Quando a oposição quer ferrar com o governo, como é do jogo; quando os procuradores estão em guerra com o “capitão do time” de Lula, José Dirceu, desde que ele os desancou pela insistência do Ministério Público paulista em negar que foi crime comum a morte do então prefeito petista de Santo André, Celso Daniel; quando o homem de Dirceu no Congresso era também o principal lobista dos chefões do bingo no governo (que querem legalizar, além da tômbola, as máquinas caça-níqueis); quando um desses “bicheiros modernos” é achacado sem receber nada em troca, como parece – ir atrás da radiografia de uma reportagem que envolve tudo isso, e decerto mais, deveria ser pauta obrigatória em qualquer redação séria. Com todo o respeito pelo furo da *Época* e pelo seu direito de calar sobre os bastidores da notícia.

[Luiz Weis é jornalista]



## Sigilo da fonte protege o crime organizado

Alberto Dines

[24/2/2004 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=265IMQ001>]

“A grande delinqüência pode acabar com a democracia” foi o título de uma grande matéria do *El País*, em 30 de agosto de 1998 (páginas 6 e 7). Era a opinião de Carlos Jiménez Villarejo, diretor da Fiscalía Anticorrupción, a agência criada pelos socialistas para investigar o crime organizado e suas ramificações no governo e sociedade espanhola.

É imperioso examinar os desdobramentos jornalísticos do caso Waldomiro Diniz sob esta ótica: um alto funcionário da Presidência da República foi flagrado na hora em que negociava com um contraventor recursos para campanhas eleitorais e também algumas “sobras” para o próprio bolso. Crime indiscutível.

Mas o flagrante da corrupção foi realizado por profissionais a serviço do crime organizado e uma das cópias, entregue a um semanário

quase dois anos depois. A questão que interessa aos observadores dos comportamentos da imprensa é a seguinte: esta fonte merece ser protegida pelo segredo?

Os leitores têm o direito de saber quem entregou o vídeo à revista *Época* simplesmente porque esta fonte, ao que tudo indica, é cúmplice da

delinqüência. A não ser que o vazamento tenha ocorrido no Ministério Público Federal (a quem o senador do PSDB, muito corretamente, entregou o vídeo-denúncia). Neste caso, será um dever da revista informar à sociedade brasileira que uma das instituições encarregadas de defende-la desrespeita os trâmites legais.

Nos dois casos está em jogo o sistema democrático.

Todas as vezes em que se discute a preservação das fontes de informações sigilosas recorre-se ao famoso Caso Watergate, que levou à renúncia do presidente Richard Nixon. Mas quem descobriu o caso foram os repórteres do *Washington Post* (Berenstein & Woodward) e seus primeiros informantes foram devidamente identificados para dar credibilidade ao que era noticiado.

As informações subseqüentes fornecidas pelo famoso informante *Deep Throat*, Garganta Profunda, foram intensamente checadas e rechecadas. A preservação deste anonimato até hoje não envolve prevaricação ou promiscuidade de jornalistas com criminosos.

É preciso lembrar também que todas as denúncias do Caso Watergate foram divulgadas imediatamente porque todas as fontes – anônimas ou não – sabiam que o adiamento da divulgação das informações implicava em cumplicidade com o delito.

*“Os políticos têm obrigação de explorar o episódio como quiserem. De preferência até as suas últimas conseqüências, de modo a evitar que apenas uma parte do escândalo seja conhecida. Mas cabe aos jornalistas zelar pela lisura de seus procedimentos profissionais para que a busca da verdade seja estendida a todos e não apenas aos grupos dos espertos denunciantes.”*

Por coincidência, na semana passada, a imprensa especializada americana revelou o teor do novo código adotado pelo mesmo *Washington Post* no tocante a “fontes secretas” e declarações em *off* ou *on*.

O novo código exige que ao menos um editor conheça o nome da fonte confidencial do repórter, de modo que seja também responsabilizado pelo aproveitamento de informações oriundas de fonte suspeita ou pelo seu ocultamento indevido.

Mais importante ainda foi a classificação dada pelo jornal à *Deep Throat* 30 anos depois: foi considerada como “fonte para background”. Portanto, desqualificada como fonte para citação. Significa que o anonimato desta fonte podia ser preservado porque todas as suas informações foram devidamente investigadas e comprovadas.

### **Crime e política**

O vídeo divulgado por *Época* não pode ser classificado como “fonte para background”. É uma denúncia clara, inequívoca, confirmada pelo próprio denunciado. E justamente por isso não faz sentido mantê-la sob sigilo porque, desta maneira, esconde-se da sociedade a extensão dos tentáculos do crime organizado e sua infiltração no aparelho do Estado.

**Fontes secretas são em geral fontes escusas. Mantê-las longe do conhecimento público é defender os seus interesses.**

Os políticos têm obrigação de explorar o episódio como quiserem. De preferência até as suas últimas conseqüências, de modo a evitar que apenas uma parte do escândalo seja conhecida. Mas cabe aos jornalistas zelar pela lisura de seus procedimentos profissionais para que a busca da verdade seja estendida a todos e não apenas aos grupos dos espertos denunciadores.

A pretexto de preservação de suas fontes não podem os jornalistas tornarem-se cúmplices dos interessados em manipular o episódio com fins claramente ilícitos.

O jornalismo passivo, aquele que se contenta em receber denúncias e divulgá-las é insuficiente. **O “furo” não é um fim mas um meio. Para completar-se, precisa ser transformado em ação, no caso, punição.** Imperioso saber quem forneceu as informações para conhecer a quem aproveitam e quem delas se beneficia.

É preciso não esquecer que os grampos telefônicos na presidência do BNDES, durante o processo da privatização das telefônicas, foram realizados a mando dos concorrentes insatisfeitos.

Mesmo que os procedimentos adotados pela direção da revista *Época* neste caso tenham sido mais cautelosos e mais responsáveis do que os empregados nos surtos denunciadas anteriores, **a cada dia que passa fica mais claro que para conhecer as dimensões do crime organizado no país é preciso saber quem gravou o vídeo e quem o divulgou.** O sigilo protege apenas uma banda da grande banda podre nacional.

As medidas até agora aventadas ou já produzidas em decorrência da divulgação do vídeo são parciais, incidentais e casuístas. Tanto a reforma política para moralizar o financiamento das campanhas eleitorais como a proibição ou a estatização dos bingos são tópicas, para uso local. Tratam os sintomas e não as causas do mal.

O que interessa é saber onde e como se dá a tangência entre o crime organizado e as diferentes esferas do poder. Onde e como processa-se a infiltração do crime organizado na esfera política. Onde e como a grande delinqüência pode acabar com a democracia.

Waldomiro Diniz mostrou a vulnerabilidade do Estado brasileiro. Saber quem fez o vídeo e quem o divulgou é tão importante quanto conhecer o seu conteúdo.

